

8

À BEIRA DE UM ESTADO DE EXCEÇÃO? ÁUSTRIA, EUROPA E A CRISE DE REFUGIADOS^{1 2}

Em 2015, a Europa registrou 1.190.835 solicitações iniciais³ de asilo (Eurostat, 2016). Uma vez que grandes grupos de solicitantes de asilo se deslocaram para a Europa na segunda metade do ano,⁴ a mídia, a União Europeia e muitos governos europeus proclamaram, rapidamente, uma “crise europeia de refugiados”.⁵ O presente trabalho revisita um artigo

¹ Artigo original, em inglês; Schiocchet, Leonardo. “On the Brink of a State of Exception? Austria, Europe and the Refugee Crisis”. In: *Youth, Civic Action and Protest, Critique & Humanism*, vol. 46, No. 2/2016.

² Nota dos editores da versão original: Este trabalho é a combinação de dois artigos separados sobre a situação de refúgio, escritos por Leonardo Schiocchet para a revista *Critique & Humanism* (publicados em tradução em búlgaro). O primeiro, “O Refúgio e a Cidade: é o Campo de Fato um Espaço de Exceção?”, foi publicado na edição 42, 1-2/2013 (desenvolvido para o tema da Cidade como uma Aposta nas Políticas Locais e Globais, editada por Maya Grekova e Elitza Stanoeva), enquanto o segundo será incluído neste volume, na versão em idioma búlgaro. Uma vez que ambos os artigos dialogam com o que é, atualmente, um tópico de extrema relevância nos debates públicos, nós, enquanto editores, decidimos publicá-los aqui como um único trabalho, ainda que exceda o limite padrão para artigos nesta revista.

³ Nota do tradutor: a expressão “solicitações iniciais”, no texto original em inglês, aparece como *first-time asylum requests*. A expressão *first-time*, em inglês, refere-se, aqui, à primeira solicitação de asilo, sendo assim referente àquelas requisições ocorridas na chegada ao país de destino – o país possivelmente acolhedor – ou subsequentes à chegada.

⁴ O grupo que chegou na Europa em 2015 fora composto tanto por requerentes de asilo que fugiam de guerras e conflitos, quanto por imigrantes que tomaram vantagem do movimento em massa que buscava uma vida melhor no centro e norte da Europa. Neste artigo, não julgo as intenções de nenhum dos grupos e, enquanto termo genérico “migrantes”, englobando também os “migrantes forçados” (e, assim, tanto solicitantes de asilo quando refugiados), pode capturar a despossessão generalizada da composição mista do grupo; também pode menosprezar as raízes do deslocamento em massa forçado, que são responsáveis pelo fenômeno demográfico. Assim, é importante nomear ambos, migrantes e migrantes forçados, ao se referir ao grupo. O fato de que neste artigo estou interessado especialmente em discutir o caso dos requerentes de asilo não deve, de forma alguma, ser visto como proveniente de uma visão reducionista da complexidade de heterogeneidade dos grupos.

⁵ Veja *USA Today*, 17 September 2015; *Al-Jazeera*, 6 January 2016; *The Telegraph*, 15 September 2015; *The Guardian*, 20 August 2015; *Vatican Radio*, 10 October 2015.

que publiquei originalmente em búlgaro, para a revista *Critique & Humanism*⁶ (Schiocchet, 2013b), com o objetivo de questionar esta retórica da crise, especialmente em sua variação conhecida como “Fortaleza Europa” (*Festung Europa*).

Meu artigo original interrogava se o campo de refugiados era um “espaço de exceção”, no sentido de Michel Agier que, por sua vez, é baseado no conceito de “estado de exceção”, de Giorgio Agamben. Meu então principal argumento era de que o conceito de Agamben seria mais bem aplicado em uma crítica do Estado-nação moderno, como pretendeu o autor – enquanto que o conceito de Agier serve melhor para a compreensão de como os campos de refugiados são parte componente das (frequentemente urbanas) paisagens que os circundam, ou das próprias urbanidades destes, em oposição à compreensão das especificidades dos campos. A discussão foi conduzida por meu material etnográfico sobre campos de refugiados palestinos no Líbano. Este capítulo, por sua vez, apresenta dados históricos e demográficos referentes ao fluxo de solicitantes de asilo em 2015 na Europa, sendo complementado com fragmentos etnográficos a partir da Áustria. O trabalho analisa o medo, intrínseco à retórica da “crise europeia de refugiados”, de que a vinda de refugiados e imigrantes representaria a suspensão da ordem política europeia atual e do modo de vida europeu, frequentemente pensado como um caminho sem volta. Ao colocar esta retórica em perspectiva, neste artigo, busco investigar se a Europa está de fato enfrentando uma crise e, se sim, qual a natureza desta. Em outras palavras, estaria a Europa atualmente à beira de um estado geral de exceção?

⁶ Uma versão modificada e estendida deste artigo foi publicada também em inglês, um ano após a primeira publicação, no periódico *Mashriq & Mahjar* (Schiocchet, 2014).

Este capítulo começa com uma breve revisão aos argumentos mais importantes de meu exame crítico da perspectiva de Agamben e Agier, antes de o cenário dos campos de refugiados no Oriente Médio mudar para a onda atual de refugiados na Europa. O objetivo é colocar a chamada “crise de refugiados na Europa” em uma perspectiva geográfica e histórica, para que a retórica possa ser analisada. A primeira parte, retomando meu artigo de 2013, é intitulada “O Campo como um Espaço de Exceção Revisitado”, e está subdividida em duas sessões. Enquanto o primeiro compara e contrasta brevemente o estado de exceção de Agamben com o espaço de exceção de Agier, o segundo discute duas maneiras diferentes de se entender a liminaridade dos campos de refugiados: tanto como uma metáfora para um processo geral, quanto como um estado ou espaço de exceção concretos. A segunda parte do artigo, intitulada “Do Campo para a Urbs”⁷, analisa a chamada crise dos refugiados na Europa e também está subdividida em duas sessões. Enquanto a primeira sessão apresenta tanto dados estatísticos europeus e excertos etnográficos do caso austríaco acerca do processo pelo qual cada solicitante de asilo chegou e buscou assentar-se na região, o segundo discute o refúgio prolongado e o caráter impermanente dos equivalentes europeus aos campos de refugiados do Sul Global. A terceira parte, intitulada “Que Crise?”, questiona a retórica da crise e está dividida em duas subseções. A primeira desafia a homogeneidade étnica da nação austríaca, alegando

⁷ Nota do tradutor: O título original desta segunda parte, em inglês, aparece como *From the Camp to the Urbs*. A última palavra, *urbs*, tem sua origem e uso no Latim, referindo-se, grosso modo, às cidades romanas cuja delimitação espacial se dava por muros ao seu redor. Segundo o Dicionário de Termos e Definições Legais (*The Dictionary of Law Terms and Legal Definitions*), a palavra *Urbs*, ou *urbs aurea*, referia-se a Roma, sendo que esta, também, contava com os *suburbs* (*sub + urbs* – prefixo e sufixo), palavra que, por sua vez, dá sentido à tradução, em português, de “subúrbio”. Disponível em: <https://legaldictionary.lawin.org/urbs/>.

que a Áustria é, por definição, uma nação multiétnica, historicamente construída por grandes fluxos de imigrantes, trabalhadores temporários e refugiados. A segunda subseção desafia o caráter europeu da chamada crise ao trazer, desta vez, não dados diacrônicos, mas sim sincrônicos sobre os fluxos de refugiados em 2015, com particular ênfase na comparação entre os cenários de refúgio na Europa e no Oriente Próximo. Na quarta e última parte deste trabalho, então, concluo o artigo ao desafiar a retórica da Fortaleza Europa, afirmando que este discurso nem resiste ao teste da História, nem se apresenta enquanto um dilema especificamente europeu.

Refugiados habitam o espaço liminar dos interstícios entre Estados-nação, espaço este que é a jurisdição do aparato humanitário internacional. Sua situação está vinculada tanto a definições legais internacionais e objetivos nacionais de orientação política, como a intervenções humanitárias. Em uma inspiradora publicação recente (Fiddian-Qasmiyeh et al., 2014), o *Refugee Studies Centre* (RSC, Universidade de Oxford) enumerou as tendências mais inovadoras no campo dos estudos da área. Este capítulo busca abordar os seguintes pontos-chave, entre aqueles destacados pelo RSC: a) o deslocamento de refugiados tem estado em alta e alcançado o Norte Global, especialmente a Europa. Assim, estudar campos de refugiados no mundo em desenvolvimento deve dar espaço às pesquisas com foco no meio urbano, no chamado mundo desenvolvido; b) o diálogo com acadêmicos do Sul Global tem se tornado mais importante e, em particular, o diálogo que inclui as perspectivas dos próprios refugiados; c) devido às principais causas atuais das fugas de seus locais de origem, a interseção entre os estudos de paz e conflito e da migração forçada se

tornou mais importante e, também, estudos mais completos virão a incorporar as causas da mobilidade no lugar apenas das suas consequências e do foco único nos países acolhedores; d) dadas as arbitrariedades da aplicação de status legais, a sobreposição entre estudos sobre migração e migração forçada (incluindo-se as buscas por asilo, refugiados e outros) tem sido, cada vez mais, produtiva em mapear movimentos a partir de situações de conflito e crises.

De maneira geral, perspectivas tradicionais sobre mobilidade humana falharam em explicar a complexidade dos processos empíricos da migração forçada. Abordagens macro, tal qual a teoria da modernização e o estruturalismo histórico (Marxismo), falharam grandemente em reconhecer as agências dos próprios refugiados, enquanto que tanto a cultura da migração quanto a perspectiva do transnacionalismo enfatizaram processos de mobilidade em detrimento da imobilidade e das restrições impostas por tecnologias de poder, locais e globais, e por regimes de mobilidade. Enquanto respostas legais, políticas e institucionais à migração forçada desenvolvem-se sob o regime geral internacional de refúgio, estas têm, também, camadas contextuais. Assim, é de suma importância compreender o que o refúgio implica na prática, da categorização geral de estatutos legais e os regimes de conhecimento e poder que isto acarreta, a práticas locais, políticas e experiências diversas de refúgio conectadas a processos globais. Finalmente, apesar das probabilidades, muitos refugiados conseguiram cruzar sólidas barreiras erguidas contra sua própria mobilidade, o que revela a extensão de sua própria agência e experiência prática. Assim, com a falha das soluções tradicionais, uma eficiente e inovadora abordagem deve considerar pontos sobre como facilitar a

mobilidade dos refugiados pode levar eles próprios a apontarem soluções alternativas. Por conseguinte, pesquisas de vanguarda deste campo têm não apenas de serem indisciplinadas, mas, também, precisam incluir a expertise dos próprios refugiados (Chatty, 2014; Brettell, 2015; Fiddian-Qasmiyeh et al., 2014).

O CAMPO COMO UM ESPAÇO DE EXCEÇÃO REVISITADO⁸

Um campo de refugiados é, de fato, um espaço de exceção? Deveríamos entender os campos de refugiados em suas continuidades simbólicas e práticas ou em descontinuidade com relação ao espaço urbano? Deveríamos considerar o campo como dotado das mesmas propriedades que a “cidade”? Na primeira parte deste artigo, apresentarei respostas concisas para as questões acima, mas o leitor que desejar se aprofundar nesta questão com mais afinco deverá consultar minha publicação original (Schicocchet, 2013, 2014b).

Em resumo, os conceitos de Agamben de “estado de exceção” e “vida nua” não deveriam figurar sozinhos na definição de características de campos de refugiados vis-à-vis seus arredores. Em vez disso, os conceitos podem se beneficiar ao serem acrescidos de abordagens mais etnográficas. Ao passo que isto é parte do que Agier faz, ele, no entanto, ainda depende muito da perspectiva de Agamben, que é parcialmente incompatível com esta tarefa [etnográfica]. Eu argumento que os campos de refugiados são, de fato, espaços excepcionais em relação à cidade, mas não são exatamente vida nua (desprovidos de leis e política), como propõe Agamben. Eu concluo, ao

⁸ Esta sessão contém parágrafos modificados e não modificados de meu artigo de 2014, em *Mashriq & Mahjar* (Schicocchet, 2014b).

defender meu argumento, que a compreensão de Agier sobre os campos – principalmente através de suas continuidades para com o espaço urbano (ou seja, compreender o campo em relação à cidade e não à parte desta, no entanto, isto pode depender do contexto específico) (Agier, 2002, 2007, 2009, 2012a, 2012b) – é de grande ajuda, especialmente se o espaço urbano da cidade for o objeto em análise, mas menos se o objetivo for compreender as especificidades do campo de refugiados. Refugiados tendem a experienciar o ambiente dos campos como espaços excepcionais, definidos e vividos em contraposição com a cidade e com a nação acolhedora. Os refugiados dos campos tendem a ser percebidos e a perceberem a si mesmos como estrangeiros cujas identidades são definidas tanto pelas continuidades simbólicas para com seus lugares de origem e descontinuidades para com o espaço de fora do campo, como pelas continuidades com seus arredores e descontinuidades para com seus lugares de origem.

AQUA ET IGNI INTERDICTUS: DE AGAMBEN A AGIER

Agamben introduziu a noção de “estado de exceção” pela primeira vez em *Homo Sacer: Soberania, Poder e Vida Nua* (1998), e, subsequentemente, a desenvolveu em *Estado de Exceção* (2005). No primeiro livro, ele primeiro define o conceito através da ideia de *exceptio*, ou “uma figura limítrofe da vida, um limiar no qual a vida está tanto dentro quanto fora da ordem jurídica, e este limiar é o espaço da soberania [...]. A exceção é a estrutura da soberania [...], é a estrutura originária na qual o Direito se refere à vida e o inclui em si ao suspendê-la” (Agamben, 1998: 22-23). Ele explica, adiante:

Uma forma pura do Direito é apenas a forma vazia da relação. No entanto, a forma vazia da relação não é mais uma lei, mas sim uma zona de indistinguibilidade entre Direito e vida, ou seja, um estado de exceção [...]. A relação política originária é marcada por esta zona de indistinção, na qual a vida do exílio, ou a *aqua et igni interdictus* permeia a vida do *homo sacer*, que pode ser morto, mas não sacrificado⁹ (Agamben, 1998: 38, 66).

No segundo livro, nomeado com o próprio conceito, o estado de exceção – o ‘*arcanum imperii* [segredo do poder]’ (Agamben, 2005:86) do estado-nação – é, também, definido como uma “terra de ninguém entre o Direito público e o fato político, e entre a ordem jurídica e a vida” (Agamben, 2005:1). Ou, “como o termo técnico para o consistente conjunto de fenômenos legais que este busca definir. Este termo [...] é comum na teoria alemã (*Ausnahmezustand*, mas também *Notstand*, “estado de necessidade”)” (Agamben, 2005:4), sendo também relevante para a “lei marcial” inglesa, apesar de, historicamente, estes conceitos terem implicado coisas relativamente diferentes. Para Agamben, o que é comum para todas as variações conceituais é que a soberania ocupa um lugar de liminaridade, já que ela não está nem totalmente contida pelo Direito¹⁰ – uma vez que este é sua fonte primária – nem totalmente desconectada deste – sendo ela mesma sujeita à lei assim criada. Da mesma forma, de acordo com Agamben, o refugiado é, também, uma reencarnação simbólica moderna do “*homo sacer*” que, ao viver em liminaridade – no limiar do Direito e sua ausência – define o sujeito primário da Lei, sendo esta uma pré-condição para a própria socialidade.

⁹ De acordo com a lei romana, provocar a morte do *homo sacer* não é considerado um assassinato em função do interdito que ela/ele passou (como a quebra de um juramento). Entretanto, ela/ele não pode ser sacrificado, já que este mesmo interdito a/o transformou em um sujeito menos integral.

¹⁰ Direito (em caixa alta), aqui, refere-se ao Direito originário, como aparece para os teóricos do contrato social, através do “estado de natureza”.

Segundo Agamben, quando o estado de exceção é atualizado, os sujeitos afetados perdem todos os seus direitos sociais (e humanos) e pertencimentos, se tornando o que ele chama – inspirado por Hannah Arendt – de “vida nua”. Ou seja, não são nem *zoe*, ou “o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses)”, nem *bios*, “a forma ou modo de se viver próprios a um indivíduo ou a um grupo” (Agamben, 1998: 9). Arendt (1962) esforçou-se para demonstrar que, em um mundo definido pelo modelo do estado-nação, direitos humanos (e os direitos de todos os humanos) existem apenas através da cidadania e, assim, os refugiados emergentes de todos os cantos da Europa após a Segunda Guerra Mundial não eram, na prática, protegidos por nenhum direito. Agamben utiliza, então, o termo enquanto um dispositivo heurístico. Ele demonstra como a soberania percebe tais objetos – destituídos de toda subjetividade e agência – e não como ou o que eles são na prática. Para Agamben, então, tal percepção faz da política algo inexistente, pois a política é possível apenas no espaço da *bios* (existência social).

Agamben afirma ir de encontro a Hannah Arendt e Michel Foucault, num meio-termo entre a perspectiva jurídico-institucional da primeira e a perspectiva biopolítica do segundo. Entretanto, em vez de demonstrar corretamente como a biopolítica é o objeto por excelência das políticas do Estado moderno, Agamben caracteriza estas vidas (ou corpos) como destituídos de política e, assim, de agência. Ao caracterizar sujeitos enquanto destituídos de política e, assim, de agência, Agamben negligência que, assim como o poder, a agência não está localizada nos sujeitos, mas acontece através destes, em suas dinâmicas relacionais. Isto significa que há sempre um espaço para

“resistência” – como argumentei em meu artigo original, por meio do caso etnográfico – mesmo quando parecem ser completamente impostas de cima para baixo.

Agamben também negligência este sistema de forças em sua discussão sobre o caráter da soberania que, por sua vez, assemelha-se com o pensamento contratualista, especialmente com *Leviatã*, de Hobbes (2010). Isto é, em Agamben, assim como em Hobbes, a soberania é uma força homogênea e até mesmo unidimensional, que tem o potencial de exercer poder para além dos limites da lei e da consideração de outras forças no sistema. A exceção não se encontra na prática – como foi argumentado por alguns dos teóricos do contrato social –, mas apenas em um espaço lógico. Afinal, o estado de exceção é “a abertura de uma lacuna fictícia na ordem, para o propósito de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal” (Agamben, 2005:31). Assim, “a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou a uma categoria definida. Ela agora reside no corpo biológico de todo ser vivo” (Agamben, 1998:81).

Em suma, apesar de sua argumentação, a perspectiva de Agamben é quase puramente institucional. Como consequência, seu exercício lógico é um excelente alimento ao pensamento, uma vez que este expõe a frágil estabilidade da cidadania e a própria ordem jurídica e política da qual depende. Sua principal limitação, como vejo, reside na impossibilidade de se demonstrar o posicionamento relativo do sujeito e em qualificar tais posições no interior desta frágil ordem – que, para ser justo, jamais fora um tema-chave nos projetos de seus modelos. Em outras palavras, esta se pretende uma grande teoria e é mais útil a este

objetivo. No entanto, são muitos os que têm se reapropriado da teoria de Agamben para outros propósitos.

Aqui, de especial interesse são aqueles que usam os exemplos de Agamben sobre campos de concentração e de refugiados, para definir seu caráter especial *vis-à-vis* o resto da ordem social. Ao longo de sua carreira, Michel Agier tem escrito muito sobre a natureza dos campos de refugiados, frequentemente por meio do uso do estado de exceção de Agamben para expressar a liminaridade da vida em refúgio e a conexão fundamental entre os campos de refugiados e a exclusão. O campo de refugiados é, então, o que ele chama de “espaço de exceção” e, como tal, se torna pertinente a outros espaços deste mesmo tipo, como os guetos americanos, os *banlieues* franceses ou quaisquer outros espaços urbanos marginalizados. No meu entendimento, este uso do conceito de Agamben requer uma certa ginástica intelectual para deslocá-lo de sua perspectiva generalista e fazê-lo caber em outros panoramas, completamente diferentes.

O CAMPO COMO UMA METÁFORA GERAL VERSUS O CAMPO COMO UM ESPAÇO DE EXCEÇÃO

Em uma reflexão anterior, publicada em 2002, segundo a articulação das experiências de seu trabalho de campo em campos de refugiados, Agier já havia expressado a principal questão norteadora por trás de sua subsequente antropologia do refúgio: “poderia o campo de refugiados se tornar uma cidade, no sentido de um espaço urbano de sociabilidade, uma *urbs* e, de fato, no sentido de um espaço político, uma *polis*?” (Agier, 2002:322). Considerando-se a presença prática e perene dos campos no mundo contemporâneo *vis-à-vis* sua existência supostamente temporária, Agier (2002:220; ênfase no original) definiu

os campos de refugiados, então, como “*a nova forma socioespacial de “cidades-campo”*”. Ao unificar indivíduos unicamente em função de seus “status de vítimas”, “o sistema humanitário” iria “induzir” “a inexistência social e política daqueles beneficiados por seu auxílio” (Agier, 2002:322).

O artigo de Agier, de 2002, reconhece que este processo “cria oportunidades para encontros, trocas e rearranjos de identidade entre todos os que ali vivem. Neste sentido, o dispositivo humanitário dos campos *produz cidades*, [...] [que determinam] ‘as capacidades transformativas do urbano’” (Agier, 2002:322; ênfase no original). Este fator distintivo entre um campo e uma cidade aconteceria no surgimento dos campos; estes foram fundados sob o princípio de serem um “autêntico deserto” – um conceito que Agier empresta de Hannah Arendt.¹¹ O deserto é “a antinomia da troca social e política, que elenca todos os humanos, que os une e os distingue simultaneamente” (Agier, 2002:323). Em outras palavras, o campo era, para Agier, um “espaço de exceção”, um lugar de proto-políticas e proto-socialidade, “vida nua”.

No entanto, seriam, de fato, os campos de refugiados cidades nuas, ou espaços de exceção, no sentido de Agier? Agier argumenta que enclaves urbanos extremamente pobres, como as favelas no Brasil, são, também, a manifestação da vida nua, enquanto que campos de refugiados em densas áreas urbanas têm se tornado, cada vez mais, parte da paisagem urbana. Portanto, todos estes constituem espaços de exceção em relação à cidade. Sua conclusão é que o campo de refugiados tem de ser entendido em continuidade com a paisagem urbana (inclusão através da marginalização), em oposição a algo separado desta. O espaço

¹¹ Que, por sua vez, emprestou-o de Nietzsche.

de exceção não é, assim, um dilema exclusivo dos campos de refugiados, mas de qualquer enclave humano marginal maior.

Na mesma medida em que a fórmula de Agier tem seus méritos, também conta com algumas lacunas. O mérito mais proeminente é a importância dada ao contexto mais abrangente que envolve o campo. Isto posto, campos de refugiados são marcados não apenas por processos entrópicos relacionados aos arredores urbanos mas, também, por processos que não são acionados pela paisagem urbana. Um campo de refugiados pode, possivelmente, ter tantas continuidades com os espaços simbólicos exteriores à cidade/país acolhedor quantas têm dentro de seus arredores. Em particular, meu trabalho etnográfico em campos de refugiados palestinos no Líbano mostrou como o pertencimento social de refugiados palestinos tende a ser definido tanto por uma inscrição em uma nação palestina imaginada (“transnacional”) quanto é definido pelo espaço simbólico urbano (ou rural) que os circunda. Neste sentido, enquanto o campo pode ser visto como um espaço de exceção marginal, pelas lentes da paisagem urbana, pode, por vezes, ser o próprio núcleo de uma comunidade imaginada.

Além do mais, para além do discurso da tutela (governamental, humanitário ou de quaisquer outros tipos), o campo de refugiados – assim como as favelas brasileiras – não é necessariamente um espaço de “vida nua” (de ausência de lei ou socialidade). Meu trabalho de campo entre refugiados palestinos ilustra que a moralidade e os direitos locais podem emanar não de um governo estatal centralizado, mas de dinâmicas locais de pertencimento e processos organizacionais, gerados e transformados no interior dos campos e relacionados com as continuidades entre os campos e sua comunidade (nacional) imaginada.

Ainda, diferente do que acontece nos guetos, *banlieues* e outros espaços urbanos marginalizados, as descontinuidades locais do campo de refugiados não emanam apenas de um senso local negativo de distinção social, mas evocam o próprio caráter estrangeiro – e, assim, excepcional – legal dos refugiados.

Por fim, meu artigo original e sua publicação em inglês mostraram que campos de refugiados palestinos no Líbano estão longe de serem “espaços de exceção”, nos termos de Agier, pois tentem a ser, na prática, repletos de cultura, vida política e – portanto – resistência. De fato, apesar das consideráveis diferenças entre diversos movimentos de resistência palestinos, estes tendem a dispensar muitos esforços conforme a manipulação de narrativas de vitimização e transformando-as em narrativas de justiça e empoderamento. Assim, nos casos concretos que analisei em outros lugares, “o soberano” pode até mesmo ter buscado tratar refugiados enquanto mera vida nua, o que jamais seria possível de ser colocado em prática. Alguns dos campos de refugiados palestinos no Líbano são mais bem caracterizados por espaços de hiper-expressão de identidade e, assim, se mostraram ricos em agência, na medida em que o potencial destas agências foi restrito por forças externas, sempre buscando ter o total controle sobre estas. Esta restrição, por sua vez, configurou muito da agência em tais campos enquanto resistência – resistência às restrições impostas sobre os habitantes dos campos, quaisquer que sejam suas formas.

Considerando-se o exposto acima, será que poderíamos, então, definir o campo principalmente através de sua relação com a cidade, ou mesmo como uma cidade em si mesma? Um aspecto bastante único do caráter do campo é sua produção através de “violentas práticas

discursivas e espaciais” – não todos os tipos de violência, mas aquela que especificamente acompanha o “deslocamento e busca a desnacionalização” – como apontado por Julie Peteet (2005: 94). A excepcionalidade é certamente experienciada por outros grupos urbanos marginalizados, como pelos habitantes das favelas brasileiras – ou, como estes chamam estes espaços, “comunidades” – dos guetos americanos, ou mesmo dos *banlieues* franceses. A principal diferença, aqui, está já implícita na denominação do grupo brasileiro: estes percebem a si mesmos como parte de uma nação. Os residentes das favelas se sentem excluídos exatamente por sentirem que não o deveriam ser. Sua excepcionalidade é referente a ser parte de um todo que foi deixado de fora ou apagado. Muitos palestinos no Líbano eram ainda algo outro: mesmo em sua quarta geração, estes não eram oficialmente cidadãos e a maioria dos libaneses não os considerava como parte do tecido social, tal qual claramente apontavam as políticas sociais e a opinião pública naquele tempo. Estes eram estranhos tolerados, estrangeiros, dotados do direito de esperar, no Líbano, até que pudessem retornar ao próprio país. Isto, por sua vez, reforçou o sentimento de estrangeirismo por parte dos refugiados palestinos. Os refugiados não se encontravam simplesmente no mais baixo escalão da sociedade, como no caso brasileiro. Simplesmente, eles não pertencem de forma alguma à nação e seus campos se encontravam dentro dos limites físicos do, mas não incluso no, país.

Paralelos com os guetos americanos e os *banlieues* franceses poderiam, talvez, se mostrar ainda mais próximos, dada a relação local entre estes espaços e a imigração para os EUA e para a França – no segundo país, em especial, de muçulmanos e árabes. A principal

diferença, como vejo, é que a maioria dos residentes dos guetos e dos *banlieues* não apenas desejam ser parte das nações Americana e Francesa e são, inclusive, acolhidos por uma porção da própria nação, como também sentem que eles são *de facto* parte da nação [acolhedora] e se mobilizam em torno desta noção. Campos de refugiados palestinos no Líbano quase nunca eram percebidos unicamente enquanto consequências da própria urbanidade de seus centros urbanos mais abrangentes. Em vez disso, ao passo que permaneceram sendo campos de refugiados e, apesar de densas relações com seus arredores, estes eram concomitantemente percebidos como estranhos às cidades nas quais estavam fisicamente ancorados (por exemplo, Tripoli, Beirute, Baalbek, Sidon ou Tyr).

Além disso, a relação entre cidade e campo continuará a consistir majoritariamente na influência externa – e indesejada – do segundo sobre o primeiro, mesmo quando o fluxo da mão de obra barata, serviços e produtos manufaturados do campo é integrada à cidade e ao país, de forma mais ampla. Como resultado, o espaço do campo de refugiados era, em geral, percebido principalmente como uma continuidade da nação palestina e não da libanesa, como seria o caso das favelas, guetos e *banlieues*. Além do mais, pelo menos no caso palestino, eu argumento que este é um ponto de partida produtivo ao se discutir a natureza do campo de refugiados e sua relação à cidade. No caso do Líbano, a essência estrangeira do campo não foi simplesmente imposta pela nação acolhedora, mas também forjada por refugiados que buscaram transformar a estigmatização de dentro para fora. Em outras palavras, se esforçaram para transformar o estigma negativo atado à palestinidadade em um significado positivo. Esta era uma das variações

locais centrais daquilo que chamei de “resistência”, ou seja, qualquer força (inclusive discursiva) exercida contra as, ou em uma direção diferente das hegemônicas no sistema geral de forças assim constituído.

Eu entendo que se pode conceber o campo enquanto um espaço urbano, mas não porque este é inevitavelmente parte da cidade, ou porque é essencialmente como uma cidade em si mesma. A essência do campo reside em outro lugar. Seja este mais ou menos parte da cidade, ou mais ou menos uma cidade em si, o campo é estrangeiro e, portanto, não pertence inteiramente à nação acolhedora, não importa quanta solidariedade esta demonstre para com seus refugiados e não importa o quão profundas são as veias econômicas locais.

Enquanto concordo que a perspectiva de Agamben nos permite ver através do véu dos princípios do estado-nação, não acredito que esta é a abordagem mais adequada para um trabalho etnográfico focado em campos de refugiados. Em outras palavras, esta perspectiva funciona bem como uma análise institucional dos princípios e lógicas que governam o estado-nação moderno, mas não como uma ferramenta com a qual se pode contar para a interação de tais princípios e dos reais processos sociais associados com campos de refugiados específicos. Definir refugiados como vida nua e os campos de refugiados como espaços de exceção e, em certa medida, tentando tratá-los como tal na prática é, em parte, o que o humanitarismo e os Estados-nação fazem. Entretanto, esta ideologia jamais poderia se tornar a única realidade das políticas estatais e da ação humanitária. Este foi o caso, por exemplo, entre os grupos de refugiados palestinos que estudei tanto no Líbano quanto no Brasil e, por uma razão muito simples, mais bem colocada por Bruno Latour (1993): mesmo com todos nossos esforços, jamais fomos modernos. Ser moderno,

neste sentido, é ser cartesiano e separar o Estado da igreja, a religião da política e outras complexidades sociais. O discurso humanitário é, assim, moderno, no sentido que tenta isolar a humanidade da política. E tanto quanto a soberania possa ter tentado objetificar refugiados, tratando-os como *zoe* e alinhada com prescrições humanitárias, refugiados foram sempre primeiro e principalmente um problema político e, assim, pertencendo à arena da *bios*. Na prática, os refugiados não estavam entre *zoe* e *bios*; em vez disto, foram totalmente inscritos na arena da *bios*, o que, por sua vez, não exclui sua humanidade.

Além do mais, tão relacionados quanto possam estar, a cidade e o campo não são espaços exatamente conurbados *tout court* e nem podem ser, uma vez que o campo é essencialmente definido (por refugiados ou não) através de sua estranheza para com a cidade. O campo é um território simbolicamente estrangeiro, apesar de que, na prática, muitas de suas atividades e mecanismos estão intrinsecamente atados a seus arredores. Apesar do terreno comum que este compartilha com suas áreas vizinhas, o campo é definido pela descontinuidade em vez da continuidade. A urbanidade do campo, isto é claro, é secundária a seu estrangeirismo. Seja no Líbano ou na África, campos evocam alteridade e estranhamento aos olhos do observador.

Da mesma maneira, não devemos também tratar o campo essencialmente como uma cidade, pois tratá-lo apenas como um *momentum* da urbanidade é perder de vista alguns dos mais significativos caminhos pelos quais este afeta os refugiados e as sociedades acolhedoras igualmente. Além disso, é de grande interesse dos refugiados que entendamos que os campos são de fato muito avivados, que seus habitantes são resilientes em suas reivindicações e

que, exatamente por esta razão, soberanias acolhedoras têm de dialogar com estes politicamente, em vez de tratá-los como se fossem apenas vida nua. Como entendo, nunca estive na agenda de Agamben ou Agier apagar a realidade dos campos e, com isso, seus objetivos políticos e demandas. Do contrário, ambos autores parecem ter escolhido desenvolver seus pensamentos de modo a chamar a atenção para a importância da iniquidade social e mudar a vida dos despossados. Contudo, enquanto os argumentos de Agamben sobre a natureza do estado-nação ressoam com os meus, aplicar seus conceitos em quaisquer outras instâncias específicas pode ser problemático. O campo de refugiados pode, ainda, ser utilmente compreendido como uma instância de um estado/espço de exceção apenas na medida em que estes conceitos apontam para sua condição presente única, em oposição a um potencial inerente à cidadania do Estado nacional, de modo mais amplo. Em outras palavras, para se compreender o campo de refugiados com profundidade, é importante continuar apontando sua excepcionalidade, pelo menos com tantas características quanto este possa compartilhar com qualquer outro espaço nacional.

Mas o que acontece quando refugiados não são completamente contidos pelos campos? Este é uma das questões mais fundamentais que precisamos levantar para compreender o fluxo de refugiados para a Europa em 2015 nos seus próprios termos e é sobre isto que devemos nos debruçar agora.

DOS CAMPOS PARA AS URBS

Entre os maiores e mais conhecidos campos de refugiados no mundo estão Dadaab, Quênia (332.455 refugiados), Dollo Ado, Etiópia

(210.689 refugiados), Sahrawi, Argélia (90.000 refugiados)¹² e alguns dos cinquenta e oito campos de refugiados palestinos na Cisjordânia, Gaza, Líbano, Síria e Jordânia que, juntos, somam a astronômica cifra de cerca de cinco milhões de refugiados palestinos registrados.¹³ No entanto, na medida em que campos de refugiados continuam a figurar no mapa mundial, nos últimos anos, o ponto de interesse, que sempre havia sido o Sul Global, se tornou a Europa.

Em 2015, em particular, a mídia internacional reportou o que foi supostamente a maior crise de refugiados da Europa desde a Segunda Guerra mundial¹⁴. Em 2014, trinta e oito países europeus registraram, juntos, 264.000 pedidos de asilo¹⁵ e, já em setembro de 2015, este número saltou para mais de 650.000, apenas neste período do ano, isoladamente. Os oito países europeus que receberam a maior parte dos pedidos de asilo foram: Alemanha, Suécia, Itália, França, Hungria, Reino Unido, Áustria e os Países Baixos (Eurostat, 2016).

Mas refugiados e campos não são uma novidade na Europa. Por exemplo, o complexo de refugiados Dadaab, no Quênia – o maior complexo deste tipo no mundo – abriga aproximadamente 332.455 refugiados, enquanto Traiskirchen, na Áustria, abriga aproximadamente 4.500 pessoas¹⁶. Mas as instalações na cidade de Traiskirchen, hoje usadas como um campo, foram usadas pela primeira

¹²Veja *Escapism Magazine*, 3 December 2015.

¹³Veja *UNRWA 01*, June 2016.

¹⁴Veja *The New York Times*, 26 August 2015; *Mondoweiss*, 9 September 2015; *UNHCR*, 16 August 2015; *The World Post*, 15 September 2015.

¹⁵Veja *UNHCR*, 2015.

¹⁶Não é apenas o abismo numérico entre estes campos que os mantém separados. Eles são, de fato, diferentes entre si, mas também assim eram os campos de refugiados palestinos no Líbano, como descrevi em meu artigo original, de 2013. Cada campo é único, na mesma medida em que cada cidade é única.

vez, com esta finalidade, em 1956. Cerca de 6.000 dos 113.810 refugiados que chegaram à Áustria fugindo da Hungria durante a Revolução Húngara foram encaminhados para o refúgio neste espaço. Na sequência, tchecos e eslavos também receberam abrigo ali, depois da Primavera de Praga e, nos anos 1980, refugiados passaram a chegar de outros lugares que não apenas o Leste Europeu. Ao contrário da imaginação geral, Dadaab é muito mais novo, se comparado a outros. Os campos mais antigos do complexo foram construídos em 1992, enquanto o mais novo apenas em 2011, configurado para receber um fluxo de aproximadamente 130.000 refugiados. O complexo de Dadaab recebeu refugiados somalianos, fugidos da guerra civil, das secas e de outras catástrofes. Enquanto Traiskirchen é o maior e mais famigerado dos dois “*erstaufnahmestelle*” (centros de recepção) na Áustria – sendo o outro Thalham –, além de ser administrado pelo governo austríaco, Dadaab é um complexo refugiado composto de alguns poucos campos e administrado pela UNHCR¹⁷.

Há outros campos e complexos de refugiados também na Europa, alguns sendo maiores que Traiskirchen. Dois dos maiores são “A Selva” (“*The Jungle*”, em Calais, França) e “Kara Tepe” e “Moria”¹⁸ (Lesbos, Grécia). O complexo de Lesbos, que tem sido chamado, de tempos em tempos, de “o pior campo de refugiados do planeta”¹⁹, abriga de 13.000 a 17.000 refugiados.²⁰ A Selva, por sua vez, conta com cerca de 4.500 refugiados²¹. Existem, também, campos menores sendo estabelecidos na

¹⁷ Veja UNHCR, 30 November 2015; Bundesministerium für Inneres, 2013.

¹⁸ Veja *Deutsche Welle*, 11 November 2015.

¹⁹ Ver *Ibid.*

²⁰ Veja *International Business Times*, 28 September 2015; *New Statesman*, 15 October 2015; *New Internationalist*, 7 August 2015.

²¹ Veja *ABC News*, 22 December 2015.

Europa enquanto “medidas para a crise”. Um destes campos, na Suécia, o primeiro desde a guerra da Bósnia, deveria começar com vinte “migrantes” e dezessete barracas, servindo como uma “válvula de escape” para o país enquanto este processava os 150.000 pedidos de asilo que deveria receber em 2015.²²

No entanto, a Europa não tem muitos campos de refugiados. E, se os campos europeus são menores em comparação com aqueles na África e no Oriente Médio e se a Europa presumidamente receberia mais de um milhão de refugiados em 2015, como reportado pela Organização Internacional para a Migração²³, onde estão os refugiados europeus?

Primeiramente, devemos entender que a maioria daqueles que a mídia chamou de “refugiados” são, de fato, “solicitantes de asilo”, ou seja, indivíduos que aspiram ao status de refugiados. E, na prática, muitos requerentes de asilo tiveram seus status de refugiados negados por seus países acolhedores europeus e, assim, foram ou deportados ou se encontravam no processo de deportação. Estes indivíduos figuram nos números reportados pela mídia, mas não necessariamente estão mais na Europa, ou não estão legalmente no continente. Apenas em 2015 – como especulou a mídia – a União Europeia deportou, em um único movimento, cerca de 400.000 “requerentes de asilo negados”²⁴. Estes solicitantes, cujo pedido de asilo foi negado, foram chamados, também, de “imigrantes ilegais”, ou “migrantes econômicos” que, desta forma, não são qualificados para o asilo. Enquanto muitos vindos da guerra – Oriente Médio e Eurásia Central – especialmente da Síria, Afeganistão e

²² Veja *The Telegraph*, 8 December 2015.

²³ Veja IOM, 6 January 2016.

²⁴ Veja *Daily Mail*, 7 October 2015; *The Daily Caller*, 9 October 2015.

Iraque (respectivamente) – tiveram “sucesso” em suas solicitações do status de refúgio, outros muitos vindos dos Bálcãs ocidentais – desta vez ao embarcarem na onda de refugiados sírios na Europa – “falharam”. Enquanto a Europa, por sua vez, também falhou em deportar muitos daqueles que tiveram o requerimento de refúgio negado – cuja jornada fora julgada como sendo de natureza de mero empreendimento econômico –, também negou deliberadamente o status de refugiados a muitos daqueles que chegaram com tais pedidos e que acabaram deixando o país onde haviam chegado, ou são agora considerados “imigrantes ilegais”.

Contudo, a evidente diferença entre a capacidade dos campos de refugiados na Europa e o expressivo número daqueles – requerentes de asilo e refugiados – que chegaram em 2015 sugere que a maioria não está sendo alocada nos campos de refugiados. Tampouco se deve presumir que, por exemplo, o complexo de Dadaab abrigue todos os refugiados somalianos no Quênia. Dentro ou fora da Europa existe, invariavelmente, uma lacuna entre os refugiados que vivem dentro ou fora dos campos²⁵. Sobre os refugiados palestinos no Líbano, a distribuição é de cerca de 50% para cada lado (Verdeil, Faour e Velut, 2007; Sfeir, 2008). Entretanto, a diferença numérica nos campos na Europa é muito maior e isso acontece por uma simples razão: campos de refugiados na Europa tendem a ser lugares de passagem. Mais notavelmente, enquanto os campos em Lesbos são pequenos, em comparação com quaisquer outros não europeus, também é estimado que cerca de 400.000 refugiados passaram pela ilha (ou por alguma outra em seus arredores) em seu caminho para o norte da Europa,

²⁵ Ver, e.g., Malkki (1995a).

apenas em 2015.²⁶ Além disso, a Alemanha, por exemplo, tem quatro tipos de “instalações de acomodação para solicitantes de asilo”. “Instalações de recepção” acolhem, idealmente, requerentes de asilo por, pelo menos, seis semanas e por não mais que três meses. Depois disto, o solicitante é transferido ou para uma “acomodação coletiva”²⁷, ou para uma “acomodação local” (como um apartamento individual), a partir da decisão do Escritório Federal para Migração e Refugiados. Pessoas traumatizadas ou menores desacompanhados, por sua vez, são transferidos para uma “acomodação especial”. As acomodações coletivas são o equivalente mais próximo de um campo de refugiados do Sul Global. No passado, havia apenas uma destas acomodações na Alemanha, anteriormente chamada de “Campo Conglomerado Federal de Zirndorf²⁸”, criado nos anos 1970 (Müller, 2013).

O exemplo austríaco acima busca ilustrar trajetórias particulares de refugiados na Europa. Mesmo que nem todos os refugiados, em 2015, tenham passado pelo Áustria, este país foi a principal porta de entrada para a maioria dos migrantes regulares e migrantes forçados²⁹ que se moviam do sul para o norte da Europa. Esta ilustração familiarizará o leitor com a migração forçada e o movimento do Sul Global para a – e dentro da – Europa, o que é necessário para a futura compreensão do caráter transitório dos alojamentos e campos de refugiados europeus e de como isto se relaciona com a ideia de estado de exceção.

²⁶ Veja *The Guardian*, 21 November 2015.

²⁷ Este tipo de acomodação varia bastante de estado para estado.

²⁸ Nota do tradutor: Zirndorf. Cidade que abrigou tal conglomerado, localizada na Bavária, região sul da Alemanha.

²⁹ Nota do tradutor: O termo “migrantes forçados” (*forced migrants*) diz respeito às pessoas cuja condição de migração fora alcançada por contextos que as forçaram para tal – conflitos locais, desastres naturais etc.

A ÁUSTRIA E OS REFUGIADOS

Muitos de nós foram pegos de surpresa quando, em meados de 2015, um grande número de refugiados começou a surgir do sul e do leste europeu, em direção ao centro e ao norte do continente. Com isto, um espanto pôde ser observado porque, de acordo com os instrumentos de regulação de refúgio da UE [União Europeia] e, mais precisamente, com o Regulamento de Dublin (*Official Journal of the European Union*, 2013), os solicitantes de asilo estariam sob responsabilidade do primeiro país-membro da UE em que este chegasse (mais precisamente, onde os refugiados tivessem suas impressões digitais tomadas). No entanto, dada a crise, esta regra foi quebrada por vários Estados-membros da UE, visando aliviar os números de refugiados vindos do sul e do leste europeu, permitindo-os cruzar em direção ao centro e ao norte (especialmente para a Alemanha e para a Suécia). Enquanto as atenções midiáticas estavam voltadas para a Alemanha, outros Estados-membros tiveram igualmente que suspender a regulação para permitir que os refugiados viajassem para o norte. Ou seja, enquanto a Alemanha e a Suécia estiveram dispostas a assumir a maior parte da responsabilidade, outros Estados-membros se mostraram ansiosos em abrir mão da sua [responsabilidade]. A principal rota, desta forma, incluiu a Hungria e a Áustria, o que acabou afunilando³⁰ a mobilidade dos refugiados.³¹

Por meses a mídia denominou os refugiados como sírios, mas, mesmo que estes compusessem a maioria do influxo, havia pessoas

³⁰ Nota do tradutor: A palavra “afunilando”, na versão original, aparece como *bottleneck*, em português, “gargalo”. Ou seja, tal qual o gargalo de uma garrafa, a mobilidade e o caminho a ser tomado pelos refugiados se tornaram, então, “estreitos”, em função das políticas internas de responsabilidade assumidas pelos países descritos.

³¹ Veja *Reuters*, 23 June 2015; *European Council of Refugees and Exiles*, 26 June 2015; *Asylum Information Database*, 24 August 2015; *Deutsche Welle*, 25 August 2015.

chegando na Áustria advindas de outros lugares do Oriente Médio (principalmente do Iraque), da Ásia Central (especialmente do Afeganistão), dos Países Bálticos (particularmente da Sérvia e da Albânia), além de outros países. Solicitantes de asilo começaram a chegar na Áustria, sobretudo, de trem. Duas das mais importantes estações de trem em Viena, *Wien Hauptbahnhof* e *Wien Westbahnhof*, logo se viram amontoadas, não apenas com imigrantes regulares e imigrantes forçados mas, também, como aqueles que buscavam ajudar, reportar, ou simplesmente observar.

A primeira vez que eu soube de uma séria necessidade de possíveis tradutores e voluntários, relacionada aos requerentes de asilo, foi em uma manifestação pró-refugiados, que acontecia perto de Westbahnhof. Era dia 31 de agosto de 2015. Foi também nesta ocasião que, assim como muitos outros residentes em Viena naquele período, me dei conta de que a escalada e o ritmo do influxo humano haviam envolvido a Áustria enormemente. A manifestação foi organizada pela assistente social Nadia Rida, anunciada em seu Facebook sob o título “*Mensch Sein in Osterreich*” (Ser Humano na Áustria), e foi contemplada com pelo menos 20.000 pessoas, de acordo com o que estimou, de maneira modesta, a polícia austríaca.³²

Desde pais com seus bebês a idosos, os manifestantes não tinham uma idade média similar. Tampouco podiam ser classificados por gênero ou classe social. Enquanto os organizadores podem ter, inicialmente, planejado a reivindicação por melhores condições para migrantes forçados na Áustria, especialmente em Traiskirchen, o tom que se sobressaiu na manifestação foi mais geral, dando as boas-vindas

³² Veja *The Guardian*, 1 September 2015.

aos refugiados e protestando contra a extrema imposição de fronteiras nacionais ao longo da UE. O período era propício para a manifestação. Na semana anterior, os corpos de setenta e um migrantes clandestinos foram encontrados em Eisensdtadt, Burgenland, dentro de um caminhão abandonado que havia cruzado a fronteira da Hungria para a Áustria.³³ Agora, em 31 de agosto de 2015, os manifestantes marcharam da *Christian-Broda-Platz*, através da *Mariahilferstrasse* até a *Cadetal St. Stephen*, onde o Cardeal Christoph Schonbom mantinha um memorial para as vítimas do caminhão, contando com a presença de altos funcionários do governo. O periódico *The Guardian* menciona o memorial do Cardeal como sendo pró-refúgio: “Já tivemos o bastante – o bastante de mortes, de sofrimento e perseguição”.³⁴ Ao deixarem a catedral, os manifestantes se dirigiram para o Parlamento Austríaco, para protestar contra medidas de controle de refugiados, anunciadas pelo Ministério do Interior (*Innenministerium*) dias antes. O comício contou com uma fala do presidente austríaco, Heinz Fischer. Foi antes mesmo de a marcha começar, enquanto os manifestantes estavam ainda concentrados na *Christian-Broda-Platz*, que microfones anunciaram a necessidade de voluntários na estação de trem, onde um grande número de “refugiados” estava chegando da Hungria.

Eu cheguei na estação Westbahnhof entre às 22 e às 23 horas, depois de receber uma mensagem de um colega com seu pedido. A estação estava repleta de jornalistas, refugiados, voluntários e curiosos e minhas limitações no idioma alemão não me ajudaram a prestar atenção nos anúncios feitos no local. Fiquei apreensivo, sem saber como eu

³³ Veja *Al-Jazeera*, 20 August 2015.

³⁴ Veja *The Guardian*, 1 September 2015.

poderia ajudar, mas a estação não estava completamente fora de controle, como ficaria nos meses seguintes. Ao mesmo tempo, me senti perdido sobre como começar, dado que eu não fazia parte de nenhuma ONG ou grupos de base, além de não me comunicar bem em alemão e não ser um falante nativo de árabe (ou de dari³⁵, curdo, persa ou albanês). Outras pessoas se sentiram como eu, incluindo alguns voluntários árabes. Um jovem sírio, em particular, veio até mim repetidas vezes buscando informações, uma vez que ele tampouco tinha bom domínio do idioma alemão – uma vez que minhas habilidades em inglês eram melhores do que as dele, meu árabe era mediano (“quebrado”, *mkasar*), o que contribuiu para meu desconforto. Naquele dia, na estação Westbahnhof, alguns grupos apareceram para organizar os voluntários. Meses depois, esta liderança se tornara envolta em disputas, algumas das quais praticamente comprometendo os esforços coletivos. Mesmo eu, sendo ativo com a ajuda de forma apenas ocasional, me vi envolvido em uma destas polêmicas, sobre se eu apoiava ou não o voluntariado organizado que trazia cartazes institucionais – neste caso, o da *Palästinensische Jugend Österreich* (Juventude Palestina – Áustria).

Na estação de trem, também encontrei alguns políticos palestinos-austríacos e líderes comunitários, voluntariando. Entre eles, encontrei alguns palestinos que eram, eles mesmos, refugiados, a maioria dos quais vindos meses antes da Síria, havendo recebido asilo na Áustria ou estando ainda à espera da decisão de seu requerimento. Através de algumas destas pessoas, me dei conta de que se tratava de um grupo

³⁵ Nota do tradutor: Dari é uma variante do idioma persa, falada majoritariamente no Afeganistão, embora seja também língua encontrada no Paquistão e Irã.

significativo entre os refugiados sírios. Sua presença na estação me manteve atraído por alguns instantes, já que eu me senti confortável entre aqueles que eu conhecia. No entanto, com o tempo, minha participação mudou. Em determinado momento, a Caritas emergiu, de forma inquestionável, como a espinha dorsal dos esforços. Mas as dificuldades na comunicação com eles e com outros grupos, tanto por eu ser um estrangeiro quanto por falar pouco alemão e ter um árabe imperfeito, me fizeram pouco a pouco mudar a presunção de que minha ajuda era realmente necessária. Todas as vezes que fui para *Westbahnhof* me senti mais convencido de que minha ajuda não era apreciada, ou mesmo bem recebida. No começo, tentei meu máximo para seguir acompanhando as tabelas de horários dos trens e para seguir os refugiados falantes de árabe, buscando auxiliá-los ao apontar quais trens eles deveriam tomar e a que horas seria, uma vez que quase todos tinham em mente embarcar para a Alemanha, enquanto apenas alguns almejavam deslocar-se para a Holanda ou Suécia. Estes estavam na Áustria apenas em trânsito para a Alemanha, entrando por Berlim (uma minoria) ou por Munique (a grande maioria). Convencido de que eu estava ajudando os refugiados e não as ONGs, continuei comparecendo de tempos em tempos, mas apenas para conversar com os refugiados, ouvir suas histórias, tentar motivá-los e ajudar com tarefas específicas sempre que necessário – tais quais buscar uma criança perdida, avisar a membros da família que os solicitantes logo embarcariam, dar assistência a idosos e assim por diante. Concomitantemente, doe valores em dinheiro, roupas e comida, mas sempre me manti distanciado de organizadores. Contando com uma participação humilde de minha parte, jamais me identifiquei pelo nome ou pelas línguas que

falava, já que esta é uma observação comum entre os voluntários. Ao longo do tempo, deixei por completo as estações de trem e passei a me concentrar em engajar os refugiados através de esforços acadêmicos, tanto com pesquisa em refúgio como com divulgação, além de ajudar uma ou outra família que já tivesse solicitado asilo na Áustria. Relatos como o meu não são, de forma alguma, únicos, e servem para ilustrar como, mesmo entre pesquisadores e voluntários, os esforços assistenciais rapidamente se tornaram políticos, apesar de discursos romantizados dizerem o contrário.

Em setembro, um amigo havia me enviado uma mensagem dizendo que uma família, que havia solicitado asilo na Áustria, precisava de ajuda.³⁶ Ela não teve retorno do governo durante meses e estava preocupada. Esta era uma família de refugiados sírios: um homem jovem, uma jovem moça e sua filha de quase dois anos de idade. Chamá-los-ei de família Halaby, para proteger sua identidade. Já que os Halabys não falavam bem inglês e tampouco tinham tempo para aprender alemão, meu amigo precisava de um tradutor. Nós deveríamos viajar para uma pequena cidade no Estado de *Nieder-Österreich*, onde os Halabys estavam temporariamente instalados, em um abrigo da Caritas. O abrigo em si era uma antiga pousada austríaca, convertida em um abrigo e apoiada financeiramente pelo Governo Federal Austríaco.

A vila *Sankt Leonhard am Homerwald*³⁷ se encontrava no interior austríaco, no topo de um monte, rodeado por fazendas. Ahmad era advogado e Layla nutricionista, então, mesmo que a paisagem fosse

³⁶ Eu gostaria de agradecer à Asha Ghosh (nome real) e a Ahmad Halaby (nome fictício) por terem me ajudado a confirmar os detalhes das histórias que apresentei aqui.

³⁷ Esta vila fica a cerca de uma hora e meia, de ônibus, do maior centro urbano da região, *Krems an der Donau*, uma cidade com pouco mais de 24.000 habitantes.

bonita, ambos concluíram que o local se encontrava longe de um centro urbano que pudesse oferecer possibilidades futuras. O abrigo manteve sua antiga fachada de pousada, mas, dentro, se encontrava degradado – o que fortaleceu minha percepção de que, apesar das aparências da situação, os Halabys estavam certos em desacreditar no seu futuro ali. No caminho para o quarto dos Halaby, no segundo andar, passamos por outras famílias que falavam diferentes idiomas. Apenas cerca de uma dúzia de famílias se encontravam abrigadas ali. De minha parte, escutei principalmente árabe, mas havia também o que parecia ser dari (ou persa) e albanês.

O quarto dos Halaby era, também, humilde. Havia um armário, uma mesa, uma cadeira e uma cama para o casal, juntamente com o bebê. Fomos recebidos com os modos árabes, contando com toda a hospitalidade possível. Não foi apenas o bolo, assado na cozinha comunitária apenas para nós, ou o suco, que a família havia comprado para nos servir, mas os sorrisos e a atmosfera social do encontro. Fomos prontamente convidados a nos sentar nas camas, enquanto o casal procurava nos servir alguns petiscos, antes que Ahmad se sentasse na cadeira e Layla sentasse no chão, brincando com a criança.³⁸ Estavam eles felizes ali? – perguntou um de nós. “*Alhamdulillah!*” (Graças a Deus) – eles responderam. No entanto, o casal temia a deportação, porque enquanto sírios tipicamente recebiam asilo apenas alguns dias após a solicitação, eles estavam esperando por uma resposta já havia cerca de dois meses. Ahmad também encontrara outras razões para se sentir preocupado, e nos contou uma complicada história sobre seus

³⁸ Visando proteger as verdadeiras identidades das pessoas, todos estes nomes, assim como os nomes de família, são também fictícios.

documentos, a qual meu amigo não havia conseguido entender plenamente, esperando que a história pudesse fazer mais sentido em árabe. A história apareceu também complicada em árabe – eu atribuí a complicação à falta de controle da situação, por parte de Ahmad – e foi destacada por seus medos de uma possível deportação.

Antes de chegar na Áustria, Ahmad viveu por alguns anos na Turquia, primeiro em um campo de refugiados, depois em outro lugar, fora do campo. Lá, trabalhou como professor, ensinando na carroceria de um caminhão, usada como escola para crianças sírias. A vida na Turquia era boa, afirmou ele, e o casal chegou, inclusive, a dar um nome turco para sua filha. No entanto, seu passado e seu país o alcançaram. Na Síria – me contou – ele trabalhava como advogado especialista em direitos humanos, uma profissão difícil durante os anos do regime de Assad³⁹. Certo dia, ele estava em um *suq* (mercado) e presenciou *mukhābarāt* (agente da polícia secreta – muito comum nas ruas da Síria antes da guerra) batendo em um homem com as coronhas de seus rifles. Todos estavam olhando, mas ninguém intercedeu. Ahmad, então, interveio, pedindo ao *mukhābarāt* que parasse. Em vez de dar ouvidos a Ahmad, os *mukhābarāt* o agrediram também, além de mandá-lo para a prisão. Na confusão, alguém conseguiu filmar o evento por meio do uso de um telefone celular. Presumidamente em função das dinâmicas territoriais da guerra na Síria, Ahmad foi transferido “vinte vezes” de uma prisão para a outra, entre três províncias, onde ele fora repetidamente torturado. “Meu corpo ficou inchado devido à tortura, e eles me colocaram em um quarto escuro de dois metros quadrados, me

³⁹ Nota do tradutor: Refere-se ao regime de Bashar al-Assad, presidente da Síria desde julho do ano 2000, sucedendo seu pai, Hafez al-Assad, que também fora presidente, por 30 anos.

alimentando apenas duas vezes ao dia”, como me contou. Mas seu tio, um líder “muito famoso” do Exército Livre da Síria (*Free Syrian Army*), de acordo com Ahmad, conseguiu libertá-lo, enquanto sua família o ajudou a cruzar a fronteira para entrar na Turquia.

Alguns anos mais tarde – tempo suficiente para Ahmad se mudar para fora do campo, aprender turco e começar a trabalhar no país –, ele foi aleatoriamente abordado por um *mukhābarāt* sírio, que o lembrou do incidente, mostrou-lhe o vídeo (que havia sido publicizado no YouTube) e ameaçou matá-lo. Enquanto isso, Ahmad, que conhecia Layla do período em que cursaram a universidade, manteve contato com ela através de redes sociais e telefone celular. O amor entre os dois cresceu e ele a pediu em casamento, ao que Layla aceitou e, com a ajuda da família e amigos, o casal conseguiu enviá-la para a Turquia. Lá, casaram-se e tiveram um bebê e, devido às ameaças que Ahmad recebia, fugiram em um barco com sua filha de onze meses, primeiramente para a Grécia e, após, através dos Bálcãs e da Hungria, chegaram na Áustria – como foi o caso para a maioria daqueles que chegaram na Áustria em 2015. Eles se recusaram a ceder impressões digitais aonde quer que fossem, antes de chegarem na Áustria, decidindo que este seria, finalmente, um bom lugar para permanecer.

Uma vez no país, solicitaram asilo. Já na estação de trem, autoridades austríacas solicitaram seus documentos e tomaram suas impressões digitais. A confusão aconteceu, de acordo com Ahmad, porque o agente que tomou suas impressões não foi o mesmo que tomou as de sua esposa e filha. Eles não se deram conta disto na hora e pensaram que seus documentos haviam sido colocados juntos pelas autoridades. Em sua primeira audiência pública, após ter registrado a solicitação de asilo, as

autoridades austríacas reclamaram a falta dos documentos de Ahmad, alegando que estes não haviam sido encontrados em lugar algum, ao passo que Ahmad se convenceu de que a polícia austríaca fora responsável pela perda de seus documentos. Ahmad colocou sua versão da história, mas os austríacos pareciam não acreditar. Ele, de forma desesperada, buscou provar que era sírio – crucial para a aceitação de asilo pela UE. Ao me contar esta história, Ahmad nos mostrou o que deveria estar no vídeo do incidente, no YouTube, que o levou para a prisão e o reporte oficial da Áustria em sua primeira audiência, que alegou que Ahmad não apresentara seus documentos.

É difícil dizer se sua história é ou não completamente verdadeira. Infelizmente, existem histórias bastante específicas que as autoridades buscam ouvir quando alguém solicita asilo e, por vezes, estas histórias não são as piores que indivíduos e grupos tiveram de enfrentar. Independente disto, semanas após a exposição desta história, a família Halaby recebeu a notícia de que sua solicitação de asilo havia sido aprovada. De fato, mesmo que as autoridades austríacas tenham buscado negar seu asilo, havia muito pouco o que estas poderiam fazer quando confrontadas com tal infortúnio. A história de Ahmad tinha todos os elementos necessários para assegurar o asilo para a família, mesmo que ele tenha vivido ilegalmente na Turquia antes de sua chegada na Áustria. Afinal de contas, toda a família era síria e a vida de Ahmad tampouco estava segura na Turquia.

Semanas após nossa visita, recebi uma chamada telefônica da mesma amiga que havia me apresentado aos Halabys. Ela queria que eu acompanhasse Ahmad e Layla à sede da Caritas em Viena, para estudar opções de acomodação. Nós deveríamos chegar por volta das 8 horas da

manhã, como me foi dito. Na noite anterior, os Halabys dormiram na casa de minha amiga, fora de Viena, e foram levados de carro para a estação de trem onde nós deveríamos nos encontrar. Devido a contratempos no trânsito, eles chegaram uma hora e meia atrasados. No caminho, Ahmad explicou sua situação: o governo austríaco ofereceu a eles uma ajuda de custo, mensal, no valor aproximado de 900 euros (pelo período máximo de dois anos, ou até que um deles conseguisse um emprego), além de uma ajuda financeira para o aluguel. Eles também dariam assistência para que a família encontrasse um lugar para morar, mas apenas se ele aceitasse permanecer na Baixa Áustria⁴⁰, região na qual ele havia sido primeiramente alocado⁴¹. Os Halabys se mostraram muito gratos por esta ajuda, mas Ahmad ficou receoso de, na Baixa Áustria, ficar estagnado. Ele era de Aleppo, uma das maiores cidades na Síria, no passado, uma importante rota comercial. Os Halabys decidiram assumir os riscos e rejeitar a ajuda do governo para o aluguel, preferindo, em vez disso, mudar-se para Viena, onde tinham esperanças de voltar a estudar para validar seus diplomas e encontrar trabalho em suas profissões originais. Mas, para tanto, precisariam encontrar um lugar para morar que pudessem pagar. Seu objetivo era negociar as possibilidades. Entretanto, chegando no escritório, a Caritas estava lotada de refugiados, todos buscando por informação. Estava tão amontoado que não conseguimos sequer chegar ao fim do corredor. Então, aproveitei uma oportunidade e interceptei um representante da Caritas que passava, perguntando algumas das dúvidas dos Halabys. O representante me disse que deveríamos pegar uma senha e entrar na

⁴⁰ Nota do tradutor: Estado do nordeste austríaco. No texto original, *Lower Austria* e, em alemão, *Niederösterreich*.

⁴¹ A mesma região do abrigo da Caritas, onde o visitei.

fila, como todos os demais, mas, para conseguir uma, deveríamos retornar outro dia, provavelmente antes do nascer do sol.

Em uma mão, as políticas governamentais austríacas de encorajamento ao assentamento de refugiados por todo o país são razoáveis, prevenindo concentrá-los em guetos urbanos. Na outra mão, a lógica e estratégia dos Halabys é, também, razoável. Não se tratava apenas de eles serem habituados com a vida urbana, mas, também, o espaço urbano era muito mais promissor para sua vida na Áustria do que poderia ser o interior. Eles estavam criando um horizonte para o futuro e planejando suas vidas de acordo com isto. Pode-se argumentar, aqui, que, pelo menos neste exemplo, o que é melhor para a Áustria é, de fato, o que é melhor para os refugiados. Esta situação é similar a muitas outras que testemunhei. Por exemplo, um grupo de palestinos vindos da Síria, que se encontrava regularmente para conversar, mas também para prestar apoio uns aos outros. Eles costumavam alojar um deles, em Viena, para passar a noite anterior à ida até a Caritas, para se inteirar e negociar sua situação⁴². De minha parte, fui convidado para alguns destes encontros, devido ao aspecto congregador dos eventos, uma vez que havia outros sírios, curdos e quem quer que pudesse falar árabe e juntar-se ao grupo. O apoio estava no encontro, já que a situação de cada um era discutida, e o grupo todo argumentava, de maneira conjunta, sobre o que deveria ser a melhor ação – individual ou coletiva – em um ou outro contexto. Profundas reflexões dos refugiados acerca de suas próprias situações e possibilidades existem, e são, assim, uma

⁴² Em 2015, apesar da falta de cidadania, os palestinos vindos da Síria tiveram o mesmo direito ao asilo que os sírios tiveram na União Europeia. Seus documentos sírios para viagens, que apontavam que eram palestinos, eram equivalentes aos passaportes sírios. Isto, contudo, nem sempre foi o caso e, provavelmente, mudará novamente no futuro, uma vez que esta política é considerada uma medida emergencial.

fonte de informações a serem usadas como ponto de partida na designação de políticas integrativas.

Como pode ser deduzido pela discussão apresentada acima, o assentamento de refugiados na Europa é muito diferente daquele em outros lugares, particularmente daqueles onde a estrutura do campo de refugiados assume um papel mais central, como é o caso dos campos de refugiados palestinos no Líbano que analisei anteriormente. Primeiro, da Turquia para a Áustria, a maioria dos refugiados apenas cruzava o país, em direção à Alemanha e à Suécia. As histórias que me foram contadas na estação de trem não envolviam campos de refugiados, ou os envolvia apenas na medida em que os refugiados passassem brevemente por eles, antes de continuar suas jornadas. Apenas uma fração daqueles que optaram por solicitar asilo na Áustria mencionou ter passado por *Traiskirchen*. E aqueles que passaram por este campo narram terem ficado ali, em geral, por não mais do que duas semanas, quando assistentes sociais os alocavam para abrigos como aqueles em *Sankt Leonhard am Homerwald*, onde encontrei os Halabys.

CAMPOS TRANSITÓRIOS VERSUS REFÚGIO PROLONGADO

Como tenho sugerido, a característica mobilidade na Europa significa que campos de refugiados no continente, ou pelo menos na Áustria, não se desenvolvem como um mesmo tipo de espaço excepcional tal qual descrevi em outros trabalhos. Primeiramente, nenhum grupo de refugiados, mesmo que suficientemente grande, tem tempo de construir uma propriedade simbólica e prática sobre os campos europeus, como fizeram os palestinos em seus muito mais

homogêneos campos no Líbano⁴³. É possível que A Selva, em Calais, seja uma exceção a esta regra, dado que o campo é o lar de uma população refugiada mais duradoura, solicitantes de asilo e imigrantes que repetidamente tentam cruzar da França para o Reino Unido e não necessariamente se mudam após repetidas tentativas frustradas. A Selva pode, neste sentido, lembrar, em parte, um gueto urbano, muito mais do que Traiskirchen. O campo austríaco, por outro lado, mesmo que esteja há apenas menos de trinta quilômetros de Viena, é demasiado longe de seus arredores para ser pensado como um continuum de urbanidade, mas demasiadamente contínuo para ser considerado um *momentum* de urbanidade, tal qual Dadaab ou os mais abertos e urbanos campos de refugiados palestinos no Líbano, como Shatila. É exagerado pensar que campos europeus, tais como Traiskirchen, irão algum dia fundir-se com seus arredores e tornarem-se conurbados, compartilhando suas essências com os centros urbanos europeus. Devido à sua fraca economia, completamente dependente de ajuda humanitária, assim como ao seu caráter remoto e transitório, seria, provavelmente, também exagerado pensar em Moria e Kara Tepe, na ilha grega de Lesbos, da mesma forma como se pensa Dadaab, ou os campos de refugiados que Liisa Malkki (1995) descreve na Tanzânia.

Ironicamente, o espaço de exceção apresentado por Michel Agier pode se aplicar mais a tais campos europeus do que aos que ele inicialmente descreveu. Enquanto lugares de trânsito, nenhuma instituição de base teve tempo de fato para se estabelecer em lugares como Traiskirchen. Marginalizados e separados de outros

⁴³ Com exceção de poucos campos, como Shatila, que são muito menos homogêneos que a maioria (Schicocchet, 2013a, 2014).

pertencimentos, os refugiados têm suas possibilidades de agir coletivamente em grande parte reduzidas enquanto passam por tais campos. Lá, são forçados a serem indivíduos cujas circunstâncias são julgadas caso a caso e que estão nos campos apenas porquanto necessitem estar neles, na medida em que têm de esperar que suas vidas sejam decididas, ou pelas realocações promovidas pelas autoridades até outros espaços, dentro ou fora do país.

Contudo, tal cenário é, então, mais próximo do que Marc Auge (1992) chamou de um “não-lugar” (*non-lieu*): lugares de rápida troca de bens e pessoas, que maximizam o anonimato e definem a vida no mundo moderno. “Não-lugares” não são muito definidos por seus arredores e são reconhecidos como mais ou menos uniformes ao redor do mundo. São lugares apenas de passagem, em vez de lugares de permanência. Podem ser aeroportos, supermercados, redes hoteleiras transnacionais e, na concepção de Auge (1992), campos de refugiados. A concepção de Auge, do *non-lieu*, tem algumas das mesmas limitações encontradas nos espaços de exceção de Agier, portanto, também me oponho ao uso do termo *non-lieu*/“não-lugar” para caracterizar campos de refugiados, especialmente aqueles fora da Europa. Como com os espaços de exceção de Agier, o *non-lieu* pode ter uso quando em referência a lugares como Traiskirchen ou Wien Wesbahnhof no pico do influxo de refugiados de 2015, mas, mesmo assim, teríamos que lidar com tais conceitos com cautela.

Em outubro de 2012, em face à ameaça de deportação coletiva, um grupo de solicitantes de asilo somalianos conseguiu deixar Traiskirchen e organizar um protesto contra as leis de asilo austríacas, em frente ao parlamento em Viena, onde acamparam por três dias. Estes requerentes de Traiskirchen podem deixar o campo durante o dia, mas a maioria

retorna toda noite. A falha em fazê-lo acarreta a automática perda de seus direitos aos *Grundversorgung* (Serviços Federais Austríacos para requerentes de asilo), o que, na prática, implica a negação de seus requerimentos. Assim, o acampamento no parlamento deve ser visto como um último e desesperado recurso. Inspirados por esta ação, um mês mais tarde, no dia 24 de novembro, estudantes, ativistas e um grupo de refugiados organizaram um grande protesto. Meu relatório destes eventos é baseado, sobretudo, em entrevistas com a ativista e pesquisadora Luisa Lobo, que fez parte dos esforços que visavam ajudar os refugiados a organizar e consolidar suas demandas, levando à criação do *Refugee Camp Protest Vienna* (Protesto dos Campos de Refugiados de Viena).

Através do trabalho social, alguns dos refugiados de Traiskirchen ficaram em contato com ativistas austríacos, com vistas a expressar sua insatisfação com as condições dos campos. Entre suas principais preocupações estiveram, especialmente, a superpopulação, as condições de higiene e de alimentação. Não havia comida *halâl*⁴⁴ para os muçulmanos e nem espaços para orações. Conflitos aconteciam frequentemente entre os internos, já que alguns destes compartilhavam espaços com potenciais rivais, desconsiderando os conflitos primários que os colocaram na situação de refúgio. O protesto de 2012, protagonizado pelos refugiados somalianos e ativistas austríacos, foi o primeiro que contou com a participação dos próprios refugiados, dando um ímpeto fundamental ao protesto de novembro, que começou com uma marcha de trinta e cinco quilômetros, de Traiskirchen até

⁴⁴ Nota do tradutor: A comida *halal* pode ser relacionada com os componentes da dieta seguida, em geral, por muçulmanos praticantes, além dos modos de preparo. A carne *halal*, por exemplo, deve obedecer a padrões de produção, como a técnica específica do abate do animal, a direção dos cortes, entre outras especificidades.

Votivpark. Com um megafone, os requerentes de asilo, já do lado de fora do campo, chamavam os demais para se juntar, mas muitos ficaram com medo de participar e, assim, perder sua chance de conseguir asilo. No total, cerca de uma centena deixou o campo para se juntar à marcha, que também contou com a presença de cerca de quatrocentos outros protestantes, que se somaram ao longo da caminhada.

Já em Votivpark, os solicitantes de asilo encontraram tanto ônibus organizados pela cidade de Viena para levá-los de volta para Traiskirchen, como tendas montadas pelos ativistas, espelhando-se em ações similares às de Berlim e Amsterdã, com as quais os ativistas estavam conectados. Depois de algumas deliberações, os próprios ativistas instruíram os solicitantes de asilo a retornarem ao campo, temendo uma deportação em massa. Entretanto, um grupo de paquistaneses decidiu ficar no campo, já que sua situação era similar àquela dos somalianos, dado que, à época, o Paquistão era reconhecido como um “lugar seguro” pelas autoridades austríacas; por conseguinte, seria improvável que os paquistaneses conseguissem asilo na Áustria. Por telefone, texto, redes sociais e outros meios, estes paquistaneses contactaram outros, que se juntaram ao protesto⁴⁵. Movido pela situação, um padre de uma igreja local, *Votivkirche*, prometeu ajudar os refugiados ao, por exemplo, prover instalações para que os requerentes de asilo pudessem cozinhar, nas dependências da igreja. O padre jamais

⁴⁵ Havia, também, um grupo de marroquinos que se juntou ao protesto. A maioria destes era apontada como imigrantes ilegais, em vez de solicitantes de asilo. Portanto, não estavam na Traiskirchen, e aderiram ao protesto de forma mais caótica, uma vez que não tinham esperança de estabelecer um diálogo com o sistema local de asilo, como fizeram os paquistaneses. Assim, as relações entre paquistaneses e marroquinos eram marcadas, geralmente, por conflitos. Ao lado disto, os paquistaneses tendiam a ser mais religiosos, e algumas feministas confrontaram os marroquinos, acusando-os de assédio sexual. Estes fatores levaram os marroquinos a serem relacionados com a concepção do protesto de forma apenas marginalizada.

os convidara para firmar residência dentro da igreja, mas após acampar no parque por trinta e oito dias, os requerentes, motivados pela ameaça de uma possível destruição do campo pela polícia, decidiram se mudar para dentro da igreja. Estavam seguindo, assim, o exemplo dos *sans-papiers*⁴⁶ na França e o protesto “irmão” em Amsterdã. Considerando a cordial ajuda do padre, alguns manifestantes esperaram que este entenderia a situação e aceitasse sua mudança. Em vez disso, ele chamou a polícia para tirá-los da igreja. A Caritas, então, entrou em cena para mediar o conflito e assumiu a responsabilidade pelas *grundversorgung* (atenções básicas, primárias) do grupo. Enquanto isso, o Cardeal Schonbom interveio pessoalmente, prometendo um espaço na *Servitenkirche* (Igreja Servita) até o fim de outubro de 2013, quando teriam que se mudar para abrigos organizados pela Caritas, Diakonie, ou por outras instituições provedoras de cuidados para solicitantes de asilo e refugiados na Áustria. Tive a oportunidade de visitar a Igreja Servita e conversar com os requerentes e com ativistas. Ao final deste período, a maioria destes, hospedada no monastério da igreja, se recusou a ser transferida para as novas acomodações oferecidas e, em vez disso, mudou-se para a Academia de Belas Artes de Viena, onde permaneceu por uma semana antes de se instalar em casas particulares oferecidas pelos apoiadores do protesto; simultaneamente, treze solicitantes de asilo alugaram, coletivamente, uma casa oferecida por um apoiador, a um preço acessível. Depois de meses resistindo à deportação iminente, ainda que tenham perdido muitas batalhas e que muitos refugiados tenham, de fato, sido deportados, eles também

⁴⁶ Nota do tradutor: termo em francês, “sem papel”, em uma tradução literal, designa as pessoas “clandestinas”, ou, de modo alto literal, “sem documentos” permissivos para permanência.

tiveram sucesso em angariar muito apoio popular, conseguiram assegurar a aprovação do pedido de asilo para alguns do grupo e cumpriram o objetivo principal de serem agentes ativos de suas próprias vidas – pelo menos tanto quanto qualquer um de nós afirma ter controle sobre nossos próprios destinos.

Em outras palavras, como os refugiados palestinos no Líbano que descrevi em meu artigo de 2013, estes refugiados também estavam longe de ser vida nua – tanto quanto aqueles que ativamente planejaram, manipularam, negociaram e encontraram motivação para ir da Síria, Afeganistão, Iraque e outros lugares para a Europa, em 2015. Da mesma forma, também na Hungria, de acordo com Kallius et al. (2016), os esforços do Estado para imobilizar os refugiados resultaram em formas ainda mais radicais de mobilidade, em 2015. O que o Protesto dos Campos de Refugiados de Viena mostra, como corroborado por estes outros exemplos, é que mesmo o espaço de Traiskirchen não foi suficiente para erradicar completamente a agência dos refugiados. Em vez disso, indivíduos que nunca antes haviam se encontrado construíram uma nova socialidade, que nasceu mais de uma causa comum do que de uma origem ou cultura comum.

Enquanto o campo de refugiados, em geral, é designado para ser apenas um lugar transitório, a maioria dos campos no Sul Global são espaços de refúgios prolongados, onde o tempo do refúgio se tornou perene e a realidade prevaleceu sobre cenários ideais. Enquanto descrevi esta realidade do Sul Global em outros trabalhos, como tenho demonstrado neste capítulo até aqui e como a história dos Halabys e do Protesto dos Campos de Refugiados de Viena particularmente ilustram, esta argumentação pode não se aplicar na mesma medida aos campos

européus, ou a outros espaços europeus de refúgio, tais quais os abrigos temporários no interior. Mas, como a história acima sugere, mesmo que o conceito de “não-lugar” possa expressar algumas das características de campos transitórios, como Traiskirchen, melhor do que o de “espaço de exceção”, ambos os conceitos, atrelados ao de “vida nua” ou à ausência de socialidade e vida política, precisam ser, na melhor das hipóteses, matizados, ou, mesmo, descartados, quando confrontados com a realidade.

Os conceitos de “não-lugar”, “espaço de exceção” e “estado de exceção” presumem que os espaços marginais que estes teorizam não conduzem à socialidade. Mesmo que a perspectiva do “não-espaço” possa ser, talvez, menos normativa em sua atribuição da falta de agência e socialidade aos refugiados, ainda falha em denunciar a poderosa assimetria envolvida na relação tutelar entre o refugiado e seu favorecedor. No espaço de exceção de Agier, por sua vez, o elemento que denuncia esta relação de poder já estava presente no conceito de onde este se originou, que é o estado de exceção. E, ao abstratamente denunciar a assimetria da qual este é constituído, o espaço de exceção projeta o campo de refugiados como qualquer outro espaço marginal. Não é marginal em um sentido específico, mas apenas como a atualização de um potencial existente no núcleo da relação soberania/cidadania no Estado-nação. E, enquanto apontar este potencial é, de fato, importante, isto pode ser feito diretamente através do estado de exceção de Agamben, sem ter de minimizar os espaços de resistência que refugiados criam para si mesmos, dentro e fora dos campos, com ou sem a solidariedade e a destreza de ativistas europeus, como no caso do protesto de Viena.

Foucault, talvez, identificaria o espaço dos campos de refugiados como estando entre o que ele chamou de “heterotopia de desvio” – encarcerando aqueles que não se enquadram nas normas sociais, como prisões e hospitais psiquiátricos – e uma “heterotopia da crise” – lugares onde a ação precisa ser ocultada, como motéis. Este conceito tem similaridades com o *non-lieu* de Auge e com o estado de exceção de Agier. Os três conceitos tratam de espaços segregados que não correspondem à norma social. No entanto, enquanto um “não-lugar” é pobre em significância e não conduz à socialidade e o espaço de exceção não conduz ao reconhecimento da agência subalterna, uma heterotopia tem múltiplas camadas de significados – mais do que é abertamente revelado (Foucault, 1986). Portanto, em minha compreensão, o conceito de Foucault já captura mais da realidade dos campos de refugiados (incluindo relações de poder e a possibilidade das agências subalternas, ou o que chamei simplesmente de resistência) do que os de Auge ou Agier.

Estes três conceitos sugerem, corretamente, que os campos de refugiados inibem a agência e a socialidade. De acordo com o que presenciei até este momento, é possível afirmar que isto é particularmente verdade para campos de refugiados na Europa, devido à relação transitória que os refugiados têm com estes. Mas é igualmente importante pontuar que, na prática, refugiados tendem a encontrar seus modos de resistência e de política. Dado que o caráter mais transitório dos campos europeus afeta as vidas dos refugiados, este caráter transitório é um importante ponto de questionamento para se compreender os processos sociais que afetam as vidas dos refugiados que chegaram na Europa em 2015.

Como temos visto, em Lesbos, Calais, Áustria e na Europa em geral, refugiados não são considerados por seus campos. De fato, a maioria dos refugiados da onda de 2015 nem sequer passou por um. Por esta razão, os campos de Lesbos e Calais são chamados de “campos de trânsito” e a própria existência desta categoria releva um triste paradoxo, já que todos os campos de refugiados deveriam ser temporários, servindo apenas como um lugar de passagem. Mesmo que isto possa, atualmente, corresponder largamente à realidade europeia, isto não corresponde à realidade da maioria dos campos de refugiados no Sul Global. Conhecer alguns campos como “transitórios” apenas enfatiza a norma, a saber, as situações de refúgio têm se tornado cada vez mais prolongadas. Lugares perenes de refúgio prolongado, como os campos de refugiados palestinos no Líbano, são espaços liminares, assim construídos pelos aparatos humanitários internacionais, o que ressignifica seu alegado “humanitarismo” e, por conseguinte, esconde seu componente político. Concomitantemente, são também construídos assim pelo Estado acolhedor (Líbano) que, por sua vez, os trata como um problema político maior e se recusa a dar aos refugiados o acesso a alguns direitos humanos básicos. No entanto, estes espaços são, também, vividos como uma realidade perene, dado que seu status tem mudado pouco ao longo das gerações. Esta tensão entre ser liminar e, ao mesmo tempo, perene, dada pela articulação da retórica humanitária com a realidade empírica do refúgio prolongado, é constitutiva destas experiências de vida dos refugiados, especialmente para tais lugares.

Refugiados na Europa, em particular aqueles que chegaram durante a “crise de refugiados” de 2015, experienciam, em geral, uma realidade diferente. Eles podem, da mesma forma, experimentar um

refúgio prolongado, mas desta vez através da rejeição do asilo e da deportação. Alguns podem tentar permanecer na Europa de forma ilegal, ou tentar buscar asilo múltiplas vezes. Qualquer que seja a rota, esta é uma realidade que deve ser compreendida em seus próprios termos, merecendo uma nova compreensão conceitual. Quaisquer que sejam os conceitos que desenvolvemos, estes devem levar em consideração a atitude europeia – tanto as políticas quanto a atmosfera popular. Neste sentido, é importante lembrar que a “crise de refugiados” de 2015 na Europa gerou muita empatia ao redor do mundo. O protesto de Viena que apresentei acima é um exemplo. No entanto, a vinda dos refugiados também acionou medo e aversão. Este tem sido historicamente o caso, não apenas em 2015 e não somente na Europa, mas em qualquer lugar em que uma grande onda de migrantes forçados se faça presente. É dentro deste espaço de medo e aversão, por sua vez, que muito da “crise” foi constituído e políticas foram desenvolvidas, sendo a construção de tal “crise” que devemos agora analisar visando compreender conceitualmente a migração forçada de 2015 para dentro da Europa.

QUE CRISE?

De acordo com a UNHCR, “o número de pessoas deslocadas de suas casas em função de conflito ou crise alcançou os 50 milhões pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, sendo os sírios os mais atingidos.”⁴⁷ Esta é inegavelmente a maior crise. Contudo, considerando que a Europa recebeu apenas 1,1 milhão de solicitações de asilo em 2016, é preciso perguntar-se sobre o componente “europeu” do termo “crise

⁴⁷ Veja UNHCR, 16 August 2015.

de refugiados na Europa”. Pode-se, seguramente, ser feita a referência à “na Europa” para indicar a parte da crise que se espelhou no continente, mas o fato de que os outros 49 milhões de refugiados não chegaram na Europa em 2015 torna difícil fazer a referência à crise enquanto “europeia”. É claro que nem todos os 49 milhões ao redor do mundo se tornaram refugiados em 2015, mas tampouco a crise atual começou em 2015. Em sua maioria são, na realidade, refugiados prolongados, tipicamente na Ásia, África e América Latina, mas também no Sul e no Leste Europeu. Os aproximadamente cinco milhões de refugiados palestinos cujo refúgio teve início nas gerações anteriores, em 1948, são apenas uma pequena porção dos refugiados no mundo – uma porção que, não figura comumente nos números da UNHCR, uma vez que estes estão sob a jurisdição de sua própria agência da ONU (UNRWA⁴⁸). Os requerentes de asilo que chegaram à Europa em 2015 vinham principalmente da Síria, do Iraque e do Afeganistão, ao lado dos balcânicos do Oeste.

A Anistia Internacional, porém, estima que 95% de todos os refugiados sírios estão em refúgio em apenas cinco países – nenhum deles localizado na Europa. São estes a Turquia, o Líbano, a Jordânia, o Iraque e o Egito. O Líbano, por exemplo, acolhe 1.435.840 refugiados sírios, correspondendo a mais de um a cada quatro pessoas no país (Anistia Internacional, 2015). Ao lado dos sírios, o Líbano tem um número de 449.957 refugiados palestinos registrados na UNRWA⁴⁹ e 6.100 refugiados iraquianos, além de 2.500 iraquianos solicitando

⁴⁸ *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.*

⁴⁹ Veja UNRWA, 2014a. Estas figuras são de julho de 2014.

asilos.⁵⁰ Os 650.000 refugiados sírios na Jordânia somam 10% de toda a população jordaniana (Anistia Internacional, 2015), que já é, por si só, largamente composta de palestinos, ao lado dos 2.097.338 palestinos registrados como refugiados.⁵¹ A Turquia, por sua vez, abrigou já em setembro de 2015 quase dois milhões de refugiados sírios – mais do que qualquer outro país no mundo. Mesmo o Iraque, onde, ao lado dos refugiados, mais de três milhões de pessoas foram deslocadas, abriga cerca de 300.000 refugiados sírios, enquanto o Egito recebeu aproximadamente 150.000 refugiados, também sírios (Anistia Internacional, 2015).⁵² Bastante contrários aos países mencionados acima, o Catar, os Emirados Árabes, a Arábia Saudita, o Kuwait e o Barein (países do Golfo) quase não receberam refugiados. E, ao lado destes, países economicamente capazes de acolhê-los como a Rússia,⁵³ o Japão e a Coreia do Sul também não receberam refugiados sírios (Anistia Internacional, 2015).

É estimado que, na Europa, por sua vez, a crise de 2015 tenha gerado no total 1.190.835 solicitações primárias de asilo⁵⁴ (Eurostat, 2016), distribuídas de forma desigual em todos os vinte e oito Estados-membros da UE. De acordo com o Escritório Federal Alemão para Migração e Refugiados (BAMF),⁵⁵ apenas a Alemanha registrou um total

⁵⁰ Veja *UNHCR*, 2015.

⁵¹ Veja *UNRWA*, 2014b.

⁵² Algumas imagens de uma edição especial da *Escapism*, uma revista britânica de viagem, dedicada à crise de refugiados, ilustraram bem o componente europeu da crise. Ver *Escapism*, January 3rd, 2015.

⁵³ A Rússia é, talvez, o mais penoso dos exemplos, dada sua intervenção direta, militar e política na Síria.

⁵⁴ Nem todos os registrados como solicitantes de asilo haviam solicitado asilo neste momento. Daí a diferença com relação ao BAMF citado anteriormente, que faz referência aos registros de asilo e não às solicitações.

⁵⁵ Veja *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge*, 6 January 2016; *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge*, December 2015.

de 476.649 requisições de asilo, o que representa 39,5% do total europeu e ainda representa menos de 50% do total de 1.091.894 requerentes de asilo registrados no sistema Alemão, EASY, na Alemanha, em 2015.⁵⁶ Estes números, apesar de serem os mais altos desde 1950, se aproximaram dos de 1992,⁵⁷ que teve 438.131 requisições de asilo. Tanto o ano anterior quanto o seguinte, 1991 e 1993, tiveram mais solicitações de asilo do que 2014. Além do mais, em 2015, a Alemanha solicitou aos outros Estados-membros da UE que assumissem 37.115 requisições de asilo cuja entrada havia sido dada na Alemanha, enquanto que, no mesmo período, os outros Estados-membros da UE conjuntamente solicitaram à Alemanha que assumisse a responsabilidade sobre 8.123 requisições. Por fim, deste número total de solicitações, a BAMF reportou apenas 282.726 decisões efetuadas em 2015. Um total de 137.136 destas foi aprovado e o status dos requerentes de asilo, assim, mudou

⁵⁶ Existem dois caminhos para a solicitação de asilo na Alemanha: ao entrar no país ou de dentro deste, e não há maneiras de se iniciar a solicitação estando fora do país, salvo raros casos (não tão raros em 2015, devido à suspensão da regulação de Dublin) quando solicitações chegaram através de outros Estados-membros da União Europeia. De todo modo, na chegada ao país, o asilado em potencial é registrado por meio do sistema EASY e direcionado para o que é chamada de “instalação de recepção inicial”. O buscador de asilo é, então, alocado em algum lugar do país, e sua solicitação é registrada pelo BAMF e processada pela filial do Escritório Federal correspondente à instalação de recepção inicial. Esta alocação depende da capacidade das instalações que, por sua vez, dependem do país de origem do potencial asilado e das cotas dos Estados Federais – por exemplo, enquanto, em 2015, a cota da Bavária era de 15,3%, a cota de Thuringia era de apenas 2,7% das alocações totais. Independentemente da existência ou não de uma solicitação oficial de asilo subsequente ao registro no sistema EASY, o BAMF registra as informações dos solicitantes de asilo, incluindo impressões digitais e fotografias, e emite permissões de residência temporária (para mais detalhes dos procedimentos na solicitação de asilo, ver: <http://www.bamf.de/EN/Migration/AsylFluechtlinge/Asylverfahren/Antragstellung/antragstellung-node.html> [Acesso em 18/01/2016]). Os números acima citados fazem referência ao número total de solicitações de asilo registradas pelo governo alemão em 2015, sendo que o número das primeiras solicitações, em 2015, era de 441.899, ou, 92,7% do número total (ver <https://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/DE/Downloads/Infothek/Statistik/Asyl/statistikanlage-teil-4-aktuelle-zahlen-zu-asyl.pdf?blob=publicationFile> [Acesso em 11/01/2016]). Parte dos dados aqui mencionados foi, também, adquirida através de troca de e-mails BAMF e eu, entre os dias 18 e 22 de janeiro de 2016.

⁵⁷ Isto deve ser visto, certamente, à luz da queda do Muro de Berlim e da reintegração da Alemanha Oriental.

para o de refugiados (48,5% das solicitações), enquanto que 1.707 pessoas (0,6%) receberam proteção subsidiária e 2.072 (0,7%) receberam uma proteção contra a deportação. As outras 50,2% das requisições de asilo foram, desta forma, negadas e os solicitantes foram ou deportados ou enviados para a deportação.⁵⁸

Por um lado, mesmo que estes números permaneçam bastante abaixo da marca de 1.5 milhões que as autoridades alemãs e a mídia sugeriram que a Alemanha, sozinha, havia recebido em 2015,⁵⁹ estes ainda assim superaram, inclusive, os anos de reintegração da Alemanha Oriental. Por outro lado, ainda que estes sejam números expressivos, são bastante menos impressionantes quando comparados com o número de refugiados recebidos pela Turquia, Líbano e Jordânia, especialmente em relação ao tamanho das populações locais e dos perfis econômicos nacionais – como ilustrado acima.

QUEM SÃO OS AUSTRIACOS?

Esta não é a primeira vez que a Europa recebe grandes influxos de imigrantes e refugiados e, assim, o exemplo austríaco pode, uma vez mais, servir bem para ilustrar este ponto. Primeiro, a Áustria é muito mais representativa da média de entrada de refugiados em 2015 do que a Alemanha. Segundo, tendo emergido de um império regional, a Áustria é um bom exemplo de um país que, de saída, era multicultural e multiétnico, apesar de algumas propagandas nacionalistas não oficiais apontarem o contrário.

⁵⁸ Ver: BAMF, September, 2016.

⁵⁹ Veja *The Guardian*, 5 October 2015.

Enquanto, em 2014, um total de 28.027 indivíduos solicitaram asilo na Áustria (Albrecht et al., 2015:341), em 2015, este número mais do que triplicou, chegando a cerca de 91.900.⁶⁰ Além disso, enquanto de janeiro a outubro de 2015 a Áustria recusou apenas 532⁶¹ solicitações de asilo, em realidade, deportou 7.119 indivíduos, muitos dos quais tendo seus pedidos de asilo negados mesmo antes de 2015. Em nome do controle da “crise de refugiados”, o número de deportações cresceu de 285, em janeiro, para 1.433, em agosto.⁶² No entanto, como estes números se comparam historicamente?

Sylvia Hahn (2011:83) descreve a Áustria como tendo

... sido sempre caracterizada pela imigração, emigração, e trânsito migratório. Nem o crescimento populacional, nem a diversidade cultural das pequenas e médias cidades e da anteriormente capital do Império Habsburgo e residência imperial de Viena seriam concebíveis sem a imigração e a bagagem cultural que os migrantes trouxeram consigo ao longo dos séculos.

Do século dezesseis ao século dezoito, a mobilidade da dinastia Habsburgo – por exemplo, de Viena para Praga e de volta à Viena, ou da Espanha para Viena – foi responsável por um fluxo constante de migrantes de e para onde hoje é a Áustria. Atendo-se a estes dois exemplos, sob o comando do filho de Ferdinando I, Maximiliano II (1564-1576), 7,4% da corte imperial haviam vindo da Espanha. Depois que a corte mudou-se de Praga de volta para Viena, por volta de 1700, a

⁶⁰ Veja *Bundesministerium für Inneres (Republik Österreich)*, 29 December 2015.

⁶¹ Deve-se, também, estar atento ao fato de que solicitações de asilo podem levar vários meses para serem processadas. Assim, muitas das solicitações iniciadas em 2015 ainda não haviam sido aceitas ou, mesmo, rejeitadas. Com isso, as 532 recusas de asilo devem ser vistas à luz não do número total de solicitações de asilo, mas do número de solicitações já processadas pelo governo austríaco. Este dado, contudo, não está disponível.

⁶² Veja *Bundesministerium für Inneres (Republik Österreich)*, October 2015.

população de Praga havia caído de cerca de 100.000 habitantes para aproximadamente 50.000, já que muitos dos habitantes da cidade seguiram a corte – nobres, artistas, estudiosos, comerciantes e mercadores. Além do mais, Viena contava com um fluxo constante de comerciantes vindos do Império Otomano, especialmente turcos, judeus, armênios e gregos. A mobilidade de trabalhadores de construção civil para dentro do império foi também facilitada pelo decreto oficial de 1361 – com os primeiros trabalhadores vindos dos arredores de Milão e, mais tarde, na era mercantilista, da Itália, França e dos Países Baixos (Hahn, 2011; Zedinger, 2011). O século dezenove viu um aumento da migração com, por exemplo, um crescimento populacional de 35% na região dos Alpes, de 1819 a 1913, devido a um fluxo migratório positivo.⁶³ Com a maioria havendo deixado as periferias do império para mover-se para seu centro, “o número de estrangeiros na Áustria cresceu de 200.000 na metade do século 19, para meio milhão na virada do século” (Hahn, 2011:87-88). Por final, ao final da II Guerra Mundial, cerca de 1,6 milhão de trabalhadores forçados, prisioneiros de guerra e detentos de campos de concentração estava na Áustria (Hahn, 2011:88).

Como resultado destas dinâmicas históricas, o censo austríaco de 2001 já indicava que 9,1% dos austríacos eram residentes estrangeiros, dos quais 62,8% vinham da antiga Iugoslávia e da Turquia (Kraler e Stacher, 2002). Observando as solicitações de asilo isoladamente, em 2002, um total de 36.990 requisições de asilo foram registradas – quase

⁶³ Nota do tradutor: a expressão “fluxo migratório positivo” foi traduzida a partir de *positive net migration*, usada na versão original do texto. Em inglês, a expressão faz referência ao fluxo “positivo” migratório, compreendendo que há mais indivíduos entrando em determinado país do que saindo. Neste sentido, considerando-se um cenário onde a migração acontece a partir de um determinado lugar para outro, o primeiro contaria com um fluxo migratório negativo, ou, em inglês, *negative net migration*, já que haveria mais indivíduos saindo do que entrando.

9.000 a mais do que em 2014, mas 40,2% a menos do que em 2015. Assim, mesmo que os números de 2015 sejam, de fato, os mais altos registrados desde a II Guerra Mundial, não são únicos em uma perspectiva histórica. Além disso, estes números não contam para as gerações mais velhas, anteriormente mencionadas, de cidadãos com origens estrangeiras como, por exemplo, eslavos e húngaros nascidos no Império Habsburgo (um império que foi, ao final, dez vezes maior do que é a Áustria nos dias atuais). Mesmo sem contar as antigas gerações de eslavos, húngaros, poloneses, italianos, entre outros, como estrangeiros, a proporção de residentes nascidos em outros países, na Áustria, era já em 2002 maior do que a dos Estados Unidos – internacionalmente reconhecido como um país de migrantes – alcançando os 12,5% (Kraler and Stacher, 2002). É igualmente importante notar que, desde então, a economia e a sociedade austríaca apenas prosperaram.

Um retrato bastante conciso de refugiados e trabalhadores temporários na Áustria, após a queda do império, nos permitirá ver a atual “crise” através de um ângulo mais amplo. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Áustria repatriou⁶⁴ 310.000 refugiados “não alemães”. Após a Guerra, 1,4 milhão de estrangeiros que permaneceram em território austríaco, 500.000, a maioria destes de etnia germânica, assentou-se permanentemente no país. Durante a Guerra Fria (entre 1945 e 1989), a Áustria recebeu cerca de um milhão de refugiados, sendo efetivamente um dos países europeus que mais recebeu refugiados vindos do mundo comunista. Além disto, aproximadamente 250.000 judeus passaram pela Áustria entre 1973 e 1989, mudando-se da União Soviética para Israel e para os Estados Unidos. O período de entrada de

⁶⁴ Neste caso, aceitou-os de volta, como cidadãos.

peessoas durante a Guerra Fria teve três fases principais. O primeiro corresponde à vinda de húngaros, em 1956, quando estimou-se que cerca de 180.000 refugiados deixaram a Hungria e passaram pela Áustria, dos quais apenas cerca de 20.000 tiveram seu asilo no país assegurado.⁶⁵ O segundo corresponde à Primavera de Praga de 1968, quando cerca de 162.000 tchecoslovacos entraram na Áustria, a maioria dos quais também se deslocaram mais para o oeste. Por fim, o terceiro corresponde à chegada de aproximadamente 150.000 poloneses entre 1981 e 1982 (quando a Polônia se encontrava sob regime militar), mas uma vez mais a Áustria recebeu, em 1981, apenas 34.500 solicitações de asilo (29.100 de poloneses), e aprovou, no período de 1981 a 1982, somente cerca de 20.000 destas. Concomitantemente, com o crescimento da economia austríaca, vieram os trabalhadores temporários. Em 1973, o número de trabalhadores migrantes cresceu para cerca de 227.000 no total, sendo quase todos da Iugoslávia (178.000) e da Turquia (27.000). Contudo, já em 2001, apenas 62,8% de todos os trabalhadores temporários na Áustria vinham destes dois países. Entre 1992 e 1995, a Áustria recebeu 95.000 refugiados da Bósnia-Herzegovina e, em julho de 1999, cerca de 70.000 destes haviam recebido permissão para residência de longa duração na Áustria⁶⁶ (Kraler and Stacher, 2002).

Com base nestes dados, pode-se concluir que, através de sua história moderna enquanto um Estado-nação, a Áustria tem sido, na prática, multiétnica e multicultural em sua composição. Além do mais, apesar das dificuldades associadas com o recebimento de grandes

⁶⁵ A diferença resultante não pode ser vista como deportações, uma vez que a maioria destes refugiados não solicitou asilo na Áustria.

⁶⁶ Cerca de 10.000 retornaram, voluntariamente, à Bósnia. Outros 10.000 mudaram-se para diferentes países.

populações de refugiados, a Áustria tem raramente estado em crise devido aos influxos de refugiados ou imigrantes – e, mesmo que estes influxos sejam com frequência consequências de processos políticos mais amplos, apenas alguns são relacionados a crises políticas. Como consequência, simplesmente não há evidência histórica que justifique a afirmação de que a Áustria esteja na iminência de uma crise de refugiados, em um sentido que colocaria o país em risco em vez de colocar os refugiados como aqueles em situação de risco.

UMA CRISE EUROPEIA?

Considerando-se o que este capítulo apresentou até agora, é seguro tirar duas conclusões principais. Primeiro, existe de fato uma crise bastante grave de refugiados no mundo contemporâneo, mas a Europa está longe de estar em seu centro. Segundo, este é de fato o maior influxo forçado de migrantes para a Europa desde a Segunda Guerra Mundial, mas – ao contrário do que já acontece no Oriente Médio – é improvável que este influxo, por si só, comprometa significativamente o Estado e a sociedade no continente, dado que outros influxos do passado, não menos assustadores, não o fizeram. Desta forma, não parece adequado tomar o momento atual enquanto uma “crise europeia”, pelo menos não neste sentido. A crise que rompeu as portas da Europa em 2015 é mais bem compreendida como parte de uma crise global de governabilidade com especificidades regionais e, esta sim, de fato, é uma crise europeia – uma crise do pensamento social e da prática política europeia. Grandes ondas de imigrantes e até mesmo refugiados vindos para a Europa – ou para as Américas, várias regiões na África, Oriente Médio e Sul e Sudeste Asiático – não são uma novidade, como

confirmam os dados acima. Grande parte da crise é, portanto, a percepção de uma crise, tanto pelos atores estatais quanto pela população. Refiro-me a isto como uma crise de governabilidade, devido ao fracasso relatado pelos atores estatais em controlar suas próprias fronteiras, mantendo um certo controle ao fazer malabarismos com princípios, tais quais os direitos humanos (e o direito “universal” de refúgio), a soberania do Estado e, por último, mas não menos importante, manejando as expectativas de seus próprios cidadãos.

Em outras palavras, muito embora eu me refira a esta como uma crise de governabilidade, do ponto de vista dos proponentes da crise – tanto do Estado quanto da sociedade –, trata-se de uma crise relacionada à soberania europeia. Aqueles que temem o influxo de refugiados têm receio de que a Europa tenha sua identidade política e/ou cultural ameaçada, ou que o continente não seja capaz de enfrentar [a crise] economicamente (ou ambos) e, aqueles que apoiam a chegada dos refugiados o fazem geralmente em apoio a valores universalistas, como os inspirados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No primeiro caso, aqueles que se opõem ao influxo temem que a Europa possa estar perdendo sua soberania; no segundo, aqueles que apoiam mais “fronteiras abertas” estão desafiando a naturalização da soberania do Estado-nação sobre a vida das pessoas. Na prática, a maioria está no meio, presa na tensão entre um e outro, o que é bastante característico dos tempos atuais.

Esta crise europeia de governabilidade deve, talvez, encontrar um potencial transformador tanto entre aqueles que buscam reinventar a soberania dos Estados-nação em um mundo globalizado, quanto entre os cidadãos europeus que fomentam a crise. Contudo, é a retórica da “crise europeia” que evoca, através do medo, a ideia do estado de

exceção, no qual, de fato, como afirmou Agamben, se baseia muito do pensamento político europeu.

Na prática, a chamada crise dos refugiados na Europa é uma decorrência da conjunção de processos sociais globais, que estão em jogo: 1) desde o final da Primeira Guerra Mundial e da passagem de uma era de impérios para uma era de Estados-nação e, conseqüentemente, de um mundo colonial para um mundo pós-colonial; e 2) desde a invasão americana do Iraque em 1991 e da desestabilização exponencial de todo o Norte da África e do Oriente Médio (MENA)⁶⁷, o que culminou na guerra na Síria, Iêmen e nos conflitos no Norte da África. Os efeitos sentidos na Europa, nesta crise global de refugiados, são apenas a ponta mais visível de um *iceberg*, se visto a partir do Norte Global, enquanto que a crise é, de fato, muito maior no Sul Global. O medo e a aversão vêm da constatação de que este *iceberg* estaria a caminho de colidir com as paredes que o Norte Global não só simbolicamente, mas também concretamente, ergueu. Porém, apesar destas barreiras criadas, desde a Segunda Guerra Mundial, a circulação de pessoas pelo mundo nunca foi tão dinâmica como agora. O que não devemos perder de vista são os processos políticos específicos – e não “apenas” econômicos – dos quais esta circulação significativamente deriva, relacionando a política de modo direto com a escala e a direção da circulação. Assim, enquanto os desastres naturais, aliados à aguda angústia política, são responsáveis por grande parte do influxo haitiano ao Brasil, os desastres naturais no Japão não implicaram quase nenhum influxo transnacional de pessoas. Esses influxos humanos mais recentes na Europa, tanto em escala quanto em direção, parecem muito menos

⁶⁷ Nota do tradutor: Na versão original, em inglês, o autor refere-se apenas à “MENA”, sigla em inglês que designa a região norte do continente africano somado dos países do Oriente Médio. Em inglês, *Middle East and North Africa*.

marcados por relações diretas de Estado para Estado (como nas primeiras fases da descolonização europeia do Sul Global) do que por concepções bastante mais amplas de entidades hegemônicas e subalternas. Assim, iraquianos, sírios e afegãos buscam refúgio nos Estados Unidos tanto quanto na Alemanha ou na Áustria, ou mesmo no Brasil e no Uruguai.

Não estou propondo um mundo completamente sem fronteiras, ou o derradeiro fim do Estado-nação, mas, sim, a absoluta necessidade de se estar ciente sobre onde e como as entidades políticas estão traçando seus limites, entre outras preocupações mais acadêmicas, e de se ser capaz de vislumbrar projetos sociais alternativos. Em resumo, a crise de refugiados que estamos testemunhando agora não é uma crise porque os refugiados estariam prejudicando o tecido social europeu, mas porque tais ondas de refugiados evidenciam os sintomas de uma concepção sobre a Europa em declínio e, também, de uma fragilizada concepção da soberania do Estado-nação.

Esta crise imaginada está relacionada à ideia de um “estado de exceção”, no qual o que se imagina é uma suspensão da *bios* (e da lei e da política) e o suposto estabelecimento da vida nua. No entanto, em realidade, não se pode definir a crise desta forma, uma vez que não houve suspensão da lei, além da breve suspensão do regulamento de Dublin, que era, em si mesmo, parte de um forte e conjunto esforço para solucionar “o problema”, uma vez que os esforços anteriores haviam fracassado. O “problema”, aqui, é apontado por alguns como de que maneira confinar efetivamente os próprios refugiados, em vez de como administrar, em primeiro lugar, os processos políticos que levaram à sua necessidade de refúgio – processos pelos quais a Europa como um todo é inegavelmente responsável direta, pelo menos através do colonialismo.

O apagamento da existência política dos refugiados, como visto através das lentes do humanitarismo, combinado com a atual hipervisibilidade dos refugiados na Europa, alimentou a ideia de uma crise e, conseqüentemente, levou ao medo e à aversão aos refugiados, além de uma expectativa de que sua presença levará ao estabelecimento de um estado de exceção na Europa. Contudo, em oposição às expectativas humanitárias e aos jargões embutidos não apenas por aqueles que confeccionam leis, mas, também, por representantes da sociedade civil e o público em geral, os refugiados frequentemente clamam por política, chamando a atenção para o processo que os levou a sua desposseção e deslocamento, como sugerido pelo *Refugee Camp Protest – Vienna*. Como resultado, a soberania do Estado acolhedor tem de encarar os refugiados como atores políticos, mesmo quando a retórica da vida nua (ou “apenas humana”, apolítica) é mantida. No mesmo sentido, quando centenas de milhares de requerentes de asilo chegam às estações de trem europeias todos os dias os refugiados precisam ser tratados politicamente, embora a retórica humanitária deva, frequentemente, ser mantida como parte da estratégia de legitimidade da soberania na arena política europeia. Isto é feito, por exemplo, redesenhando a política externa com relação às regiões de onde provêm os refugiados e, também, através de outros mecanismos políticos que visam estabelecer que tipos de países são considerados “não seguros” e, assim, tornar seus cidadãos elegíveis para asilo.

ESTADO DE EXCEÇÃO E “FORTALEZA EUROPA”

A manifestação pró-refugiados “Ser Humano em Viena”, descrita acima, também tem uma oposição além disso difundida pela Europa, a

saber, um movimento contrário às políticas de imigração e refúgio, majoritariamente motivado por medo e repúdio, como reportado tão logo a mídia anunciou a “crise”.⁶⁸ Estes medos têm, também, alimentado as crescentes regulações e mecanismos de controle fronteiriço, o aumento no policiamento, a criação e manutenção de campos de refugiados e alojamentos, além de infraestruturas para combater os efeitos negativos projetados sobre o influxo de refugiados na Europa. Assim, a opinião pública europeia sobre migrantes forçados é, também, definida por uma tensão entre dois polos. Mais ou menos, dependendo do caso, os refugiados recém-chegados têm sido vistos tanto como uma emergência humanitária quanto como um risco social que precisa ser contido.

O termo “Fortaleza Europa” (*Festung Europa*) reemergiu entre governos e setores da sociedade mais preocupados com o potencial dos refugiados em serem um risco social.⁶⁹ Este termo retomou um lugar de protagonismo após ser usado pela Ministra do Interior austríaca, Johanna Mikl-Leitner (OVP⁷⁰),⁷¹ acionando críticas de setores mais progressistas da sociedade austríaca, dado que este termo foi usado pela primeira vez durante a Segunda Guerra Mundial, para designar uma Europa ocupada pelo nazismo. Entretanto, o termo foi, à época, usado tanto pelo eixo quando pelos aliados – o uso por parte dos aliados se referia à ameaça da dominação hitlerista sobre a Europa, enquanto os nazistas o usavam para destacar seu limitado controle territorial, tendo prometido a ampliação não apenas em tamanho, mas também em

⁶⁸ Veja *BBC*, 24 December 2015; *Independent*, 7 December 2015; *Al-Jazeera-America*, 16 October 2015; *The Guardian*, 8 September 2015; *The Guardian*, 30 November 2015; *FoxNews*, 26 June 2015; *The Telegraph*, 27 December 2015; *Telesur*, 23 October 2015.

⁶⁹ Veja *Spiegel Online*, 28 October 2015; *Süddeutsche Zeitung*, 18 June 2015; *Die Welt*, 14 September 2015.

⁷⁰ *Österreichische Volkspartei* (Partido Popular Austríaco), um partido cristão-democrático conservador.

⁷¹ Veja *ORF*, 22 October 2015.

termos de gerenciamento da população interna através de, por exemplo, deportação em massa e a exterminação de judeus e outras minorias (Schmitz-Berning, 2007:232-233). A crítica contemporânea emergiu ao passo que o termo Fortaleza Europa passara a ser novamente usado para enfatizar a suposta necessidade de se proteger a Europa dos imigrantes indesejados, portanto, um uso que evoca uma proveniência nazista.

Como vejo, esta retórica tem semelhanças com a concepção de soberania do Estado-nação através do estado de exceção. Mas enquanto Agamben buscou criticar a fragilidade da democracia e da governabilidade do Estado-nação moderno, os propositores da Fortaleza Europa, guiados pelo medo de uma ruptura estrutural, tomam um caminho diametralmente oposto. Uma vez que, neste caso, a crise vem do refúgio como *homo sacer* (o qual não está totalmente previsto em lei), é ironicamente a soberania que é chamada a exercer seus poderes, por vezes para além de sua própria previsão legal, para salvaguardar a integridade da estrutura política. Assim, guiados pelo medo do estabelecimento de um estado de exceção, os defensores da Fortaleza Europa propõem a existência de seu próprio estado de exceção. Se o pensamento dos proponentes da Fortaleza Europa é guiado pelo medo, sua solução é o controle de fronteiras – tanto para os refugiados na e da Europa *vis-à-vis* o resto do mundo. O que chamam de crise é, então, o fato de que a Europa não pode ser mantida longe dos refugiados e de que os refugiados da Europa não podem ser completamente contidos e controlados por campos de refugiados e outras técnicas.

No sentido de Agier (2002), a *urbs* é um espaço de sociabilidade urbana, enquanto a *polis* é um espaço político. O campo de refugiados é, então, um espaço que “jamais pode perceber-se como um espaço

político” porque “a mudança da administração dos campos, em nome da emergência, em direção ao reconhecimento político de sua duradoura realidade, não acontece” (2002:337). Enquanto Agier está certo em afirmar o não reconhecimento do caráter prolongado da maioria dos campos de refugiados, sua definição de política – dependente do reconhecimento do Estado – é bastante limitada e não encontra espaço para o tipo de agência que venho chamando de resistência, como apresentado neste artigo.

Autores como Agier enfatizam que, no pensamento Romano, enquanto a *urbs* era um espaço físico, a *polis* era uma entidade política e a *civitas* era a “associação religiosa e política das unidades familiares e tribais” (Grbac, 2014:23) – portanto, a *civitas* era o espaço do “exercício dos direitos civis” (Grbac, 2014:20). No entanto, a etimologia da palavra “*urbs*” também revela uma definição mais ampla. *Urbs* designa, em Latim, o próprio coração da “*polis*” que é, por sua vez, a junção da *urbs* com sua *continentia*, ou *suburbia* (o espaço total da jurisdição da cidade). Nas maiores cidades romanas a *urbs* era geralmente um espaço cercado por muros – *oppidum* (abastado) – e, assim, blindado. Mas, enquanto a *urbs* era um espaço cívico, sua contraparte, o *ager* (campo, fazenda, terra, propriedade), era militar (Magdelain, 1977).⁷² Em outras palavras, a *urbs* era o espaço cívico interno, a ser protegido pelo

⁷² *La dualité du pouvoir civil (domi) et militaire (militiae) est primordiale et se fonde sur la distinction augurale de l'urbs et de l'ager ... Les deux pouvoirs civil et militaire correspondent à deux zones distinctes en droit sacré, l'urbs et l'ager. Aussi ces deux pouvoirs s'acquièrent-ils par des auspices différentes: le pouvoir civil par /es auspices d'entrée en charge, le pouvoir militaire par /es auspices de départ au Capitole. [...] L'imperium militaire n'est pas permanent comme la compétence urbaine qui a la même durée que la magistrature, autrement dit un an. 1/ ne s'acquiert que par la cérémonie du départ et ii expire au retour du général, quand il franchit le pomerium, ce passage /'éteignant de plein droit. Cette règle bien connue pour /es pro-magistrats s'impose de la même manière aux magistrats, qui eux aussi évitent de pénétrer dans /'urbs pour ne pas perdre leur pouvoir de commandement aux armées (Liv. 24, 7, 11; 24, 9, 2) [...] Si la distinction du pouvoir civil dans /'urbs et militaire sur /'ager (et au- de/a) est liée au premier trace du pomerium, la formulation: Imperium domi et Imperium militiae, ne saurait revendiquer une très haute antiquité (Magdelain, 1977: 11, 25, 26, 28).*

imperium nos domínios militares circundantes do *ager*. É possível dizer, então, que o campo de refugiados pertence ao domínio militar do *ager*, tanto quanto as favelas, os guetos e os *banlieues* – e Agier, provavelmente, concordaria. Mas, nesta perspectiva, o campo de refugiados jamais pode se tornar uma cidade, justamente por ser definido em contraposição a esta – sua própria existência é, de fato, necessária para a existência do espaço urbano da cidade.

Seguindo esta reflexão, se os refugiados na Europa não são completamente contidos por campos de refugiados, tampouco estão sendo recebidos diretamente nas *urbs* ou existem outros mecanismos complementares de controle populacional. Embora o objetivo declarado da União Europeia e de alguns de seus Estados-membros seja o primeiro, mesmo eles reconhecem a existência de mecanismos para garantir que os refugiados acolhidos nas *urbs* europeias sejam apenas aqueles que “merecem” estar neste lugar. Mas, como vimos, alguns europeus têm medo de que os mecanismos atuais não sejam suficientes e que as *urbs* estejam sendo atacadas pela *ager* – ou, em outras palavras, de que aqueles à margem do Estado (os refugiados) estejam conduzindo a Europa para um estado de exceção e que a única solução possível para este ataque seja a Fortaleza Europa.

De campos de refugiados no Sul Global aos espaços urbanos da Europa, o manejo do refúgio difere enormemente em termos de mecanismos, mas ainda mantém o mesmo princípio de segregação espacial e cívica que define a cidadania e a própria existência do Estado-nação e de entidades regionais contemporâneas, como a União Europeia. Como colocam Kallius et al. (2016:2), solicitantes de asilo encontraram-se presos na “tensão entre narrativas despolitizadoras da

crise e concretas ações políticas que buscaram facilitar a mobilidade”. A retórica da Fortaleza Europa, em particular, apareceu como uma construção imaginária de uma crise que é europeia em caráter, ainda que de responsabilidade não europeia. Esta construção, por sua vez, é em si mesma parcialmente uma consequência do pensamento e da prática humanitária, que tratam os refugiados e os processos históricos que levaram à sua indigência de forma apolítica, como vida nua, apesar da resistência dos refugiados.

Contudo, uma vez que a crise dos refugiados seja compreendida como uma crise política global, de responsabilidade parcialmente europeia devido ao caráter pós-colonial de nossa era e à intervenção – hegemônica e assimétrica – política, econômica e militar do Norte em relação ao Sul Global, esta [crise] exigirá uma forma diferente de governabilidade cívica que, acima de tudo, redesenhará sua relação com o Sul Global. Nesta nova forma de governabilidade, a retórica da Fortaleza Europa precisa, então, oferecer soluções mais inclusivas, que reconheçam os refugiados enquanto sujeitos em vez de elementos disruptivos que devem ser mantidos afastados do mundo cívico.